



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

ADVERTÊNCIA

A **Municipalidade de Mirante da Serra** adverte a todos os licitantes que **não se furtará à aplicação das penalidades previstas em lei** às empresas que vierem a descumprir as obrigações assumidas no certame.

Diante disso, **solicita-se que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma responsável e consciente**, somente quando houver plena condição de cumprir integralmente o objeto licitado, conforme as exigências estabelecidas no edital, especialmente quanto a **prazos, preços, especificações técnicas e padrões de qualidade**.

Ressalta-se, ainda, que **os pedidos de realinhamento de preços constituem exceção à regra**, sendo admitidos apenas em **situações devidamente comprovadas, de caráter excepcional**, e desde que **estritamente em conformidade com a legislação vigente**.

Dessa forma, **reitera-se a necessidade de que as propostas sejam formuladas com seriedade e responsabilidade**, a fim de evitar transtornos tanto à Administração Pública quanto às empresas participantes do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 036/PMMS/2026

GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SENHORES LICITANTES
DEDIQUEM O MÁXIMO DE
ATENÇÃO ÀS REGRAS
ESPECÍFICAS PARA
CADASTRAMENTO DE
PROPOSTAS NO SISTEMA
(FICHA TÉCNICA).

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências contidas neste edital e seus anexos, principalmente quanto ao credenciamento, objetivando evitar conflitos que o prejudique e que possam ocasionar sua desclassificação no certame.

Dúvidas: (69) 99366-5739.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 036/PMMS/2026

(LIMPEZA URBANA)

PREÂMBULO

Processo nº **585/SEMOSP/2026**
Modalidade: **Pregão**
Edital nº: **036/PMMS/2026**
Forma: **Eletrônica**

Julgamento do tipo: **Menor preço Global**
Modo de disputa: **ABERTO**
Valor estimado: **R\$ 1.538.121,21**
Amostra: **NÃO**

GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

A **Prefeitura de Mirante da Serra**, por meio do Setor de Licitações, sediada na Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, CEP. 76.926-000 Mirante da Serra – RO, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº: **7365/2025** torna público para aos interessados, que está autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no site www.licitanet.com.br, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, adjudicação **Global**, método de disputa **ABERTO**, aplicando a **GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**, Visa qualificar empresas e selecionar a proposta mais vantajosa, Conforme as regras do edital e anexos, em conformidade com a [Lei nº 14.133/2021](#), do [Decreto Municipal nº 3.425/2023](#), [Decreto Municipal 2.125/2017](#), [Lei Federal 123/2006](#), e demais legislações aplicáveis.

Com fundamento na [Lei Federal 123/2006](#), asseguramos o critério preferencialmente para (MEIs) Microempreendedor Individual, Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), âmbito local e regional conforme [Decreto Municipal 2.125 de 30 de outubro de 2017](#), que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das compras públicas municipais (se for o caso).

Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, foi cuidadosamente examinado pelas **LICITANTES**, sendo assim, não se isentaram do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas (**PNCP**) (www.pncp.gov.br/), no Portal da Transparência desta Prefeitura (<http://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br>), e na Plataforma **LICITANET** licitações online (www.licitanet.com.br).

Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte pelo telefone: **(34) 2512-6500**- suporte aos fornecedores e/ou pelo e-mail (fornecedor@licitanet.com.br).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra operacional, compreendendo as seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador, para execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos municipais e suporte técnico operacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, do Município de Mirante da Serra – RO.**
- 1.2 A licitação será dividida por **MENOR VALOR GLOBAL, Contendo único lote**, conforme tabela constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MENSAL	TOTAL
01	LIMPEZA URBANA	6	R\$ 256.353,54	R\$ 1.538.121,21

ITEM/LOTE	SERV/DESCRIÇÃO.	QUANT	UNIDADE
Manutenção e limpeza das vias urbanas e prédios públicos do Município de Mirante da Serra	Poda de árvore.	170	UNIDADE
	Serviço de roçagem de áreas verdes	147.447,00	M ²
	Varrição de ruas.	172.023,11	M ²
	Capinação e raspagem	4.914,95	M ²
	Pintura de meio fio	49,149	KM



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

QUANTITATIVO DE MÃO DE OBRA	
Serviços gerais braçais	10
Eletricista	1
Mecânico	2
Operador de máquinas pesadas (PATROL)	2
Operador de máquinas pesadas (ESCAVADEIRA HIDRAULICA)	2
Operador de máquinas pesadas (PA CARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA)	3
Operador de Caminhão D e E	4
Soldador	1
Podador	2
Eletricista (automotivo)	1

- 1.3 A descrição das funções operacionais de cada atividade, bem como a discriminação dos valores e encargos, encontra-se disposta no Termo de Referência anexo ao edital.

2 ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS

- 2.1 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 30/04/2026
LIMITE DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/05/2026 às 09hrs00min.
ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETR.: 18/05/2026 às 09hrs01min.
Todas as referências de tempo serão observados o horário de Brasília (DF).
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

- 2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 2.3 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.
- 2.4 Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade dos setores requisitantes que os efetuaram, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.
- 2.5 A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos produtos e/ou serviços, os quantitativos, condições, locais de execução e demais





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

cláusulas, assim como a média de valores obtidos na pesquisa de preços são de inteira responsabilidade do setor solicitante cabendo ao mesmo responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura decorrente da má elaboração dos mesmos, inclusive quando das exigências e especificações dos bens/serviços que por excesso possam estar direcionando a alguma marca/fornecedor ou restringindo a própria competição, uma vez que esta CPL não tem pessoal qualificado com conhecimento técnico para estar arbitrando sobre as especificações e qualificações técnicas dos bens/serviços elaborados pelo setor requisitante. Cabendo a esta CPL apenas licitar o objeto nas condições estabelecidas, aprovadas e já autorizadas no Termo de Referência.

- 2.6 Segundo o TCU, “a comissão permanente de licitação (CPL) não pode ser responsabilizada por superfaturamento decorrente de projeto básico mal elaborado ou outras irregularidades não conexas com as suas atribuições legais, em especial se a sua atuação se cingiu a verificar a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do edital e com as estimativas prévias elaboradas pela unidade interessada no certame” (Acórdão 8017/16 – 2ªC).**

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, com o seguinte endereço na Web: (www.licitanet.com.br).
- 3.2** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 PARA ESTA LICITAÇÃO APLICA-SE À AMPLA PARTICIPAÇÃO.

5 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

- 5.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 5.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 5.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11** O impedimento de que trata o item **5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.12** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.2 e 5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.13** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 5.14** O disposto nos itens **5.2 e 5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.15** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 5.16** A vedação de que trata o item **5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3** Caso a Administração opte, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.4.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 6.4.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 6.4.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 6.4.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7** A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 6.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 6.12.2** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1** Valor unitário do **ITEM**;
 - 7.1.2** Marca; (sendo a licitante a mesma fabricante do produto ofertado, a mesma deverá preencher o campo marca com: “marca própria”);
 - 7.1.3** Modelo:
 - Para melhor análise da **PROPOSTA FINAL**, o licitante vencedor deverá encaminhar a mesma, acompanhada de folders/prospecto/catálogo, ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados. “Quando for o caso”
 - Tratando-se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra **SERVIÇOS** no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;
 - 7.1.4** Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, exceto quando determinar o edital; (se este for o caso).
- 7.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5 Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **ITEM 6.9**.
- 7.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Mirante da Serra e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7.12 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 7.13 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 8.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme informado pela administração na plataforma LICITANET;
- 8.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11** O Município de Mirante da Serra adota para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e,





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 8.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min. (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.18.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.18.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, **OBRIGATORIAMENTE EM VALOR INFERIOR AO DA PRIMEIRA COLOCADA**, no prazo de 05 min (cinco





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

minutos) controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) de acordo com o previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 60 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.19.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.19.5.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.5.2 empresas brasileiras;

8.19.5.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.5.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.19.6 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente assinada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, tais como, folders, banner's, e demais documentos que possam apresentar o produto ofertado. **A NÃO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL ASSINADA, ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE.**

8.22 Poderá a proposta final ser emitida e assinada digitalmente, em campo próprio, através da plataforma LICITANET, tornando o procedimento célere e menos burocrático;

8.22.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22.2 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.1.1 Fica facultado ao pregoeiro realizar a consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

- 9.2** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.3** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.4** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 9.5** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.6** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.7** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com **O ITEM 6.6** deste edital.
- 9.8** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.9 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA VENCEDORA QUE:

- 9.9.1** Contiver vícios insanáveis;
- 9.9.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.9.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.9.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 9.9.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.10** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração **(conforme Normativa nº 73/2022)**.
- 9.11** A inexequibilidade, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.11.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 9.11.2** Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.12** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 9.12.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 9.12.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 9.12.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 9.13** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.14** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.15** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.17 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.17.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.17.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.18 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

a) A depender do **OBJETO**, o pregoeiro poderá **SOLICITAR EM QUALQUER FASE**, para o licitante vencedor, que disponibilize o folder, banner, ou qualquer outro tipo de documento que auxilie na comprovação de que o objeto ofertado atende as especificações do termo de referência.

9.19 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.19.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.19.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.19.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 10.1** Os documentos previstos nos itens **10.19, 10.20, 10.21, 10.22 e 10.23** são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis. O pregoeiro abrirá o prazo para envio da documentação de habilitação, bem como da proposta final atualizada e assinada pelo(s) licitante(s) vencedor(es), com prazo de **2 (duas) horas**. A não observância da documentação necessária constantes neste edital, acarretará em sua desclassificação.
- 10.4** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.5** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.6** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.7** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 10.8** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

desclassificação no momento da habilitação

10.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, sendo facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

10.9.2 Na hipótese da Administração optar, os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10 A verificação no **LICITANET** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.10.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.11 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):**

10.11.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.11.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13 As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

10.14 EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ ADMITIDA A INCLUSÃO DE DOCUMENTO NOVO EM





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

SEDE DE DILIGÊNCIA, QUE SE DESTINA UNICAMENTE A ESCLARECER E COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.9.1.

10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.18 Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

10.19 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.19.1 A Empresa deve possuir Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no CNPJ compatível com a prestação do serviços.

10.19.2 Registro na Junta Comercial, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

10.19.3 Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado na junta comercial ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

10.19.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.19.5 Cédula de identificação dos sócios (RG e CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

10.19.6 Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

10.19.7 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

10.20 DA REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

10.20.1 Para o fiel cumprimento da legislação trabalhista, a administração pública exigirá por meio do gestor e fiscal do contrato as seguintes documentações, antes de cada pagamento:

10.20.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.

10.20.3 Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS.

10.20.4 Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS.

10.20.5 Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do FGTS.

10.20.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link <https://tst.jus.br/certidao1> Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

10.20.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.20.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20.9 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, é facultado ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 10.20.10** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.20.11** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 10.20.12** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

10.21 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 10.21.1** **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando que a empresa não está em processo de falência;
- 10.21.2** Balanco patrimonial **registrado na Junta Comercial**
- 10.21.3** Índices de liquidez geral (LG) liquidez corrente (LC), e solvência geral(SG) superiores a 1(UM);
- 10.21.4** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.21.5** A Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data da CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.
- 10.21.6** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 10.21.7** **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da**





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.21.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.22 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.22.1 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o licitante prestou ou está prestando, a contento, fornecimento com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado.

10.22.2 O(a) pregoeiro (a) diligenciará a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo:

10.22.2.1 NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.

10.22.2.2 O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

10.22.3 Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação da empresa contratante;
- b) Descrição dos serviços executados;
- c) Período de execução dos serviços;
- d) Quantitativos executados;
- e) Declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória;
- f) Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão;

10.22.4 Serão desconsiderados atestados que não demonstrem, de forma clara e objetiva, a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

10.22.5 Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços em quantitativo correspondente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do volume estimado para a contratação, considerando a unidade de medida pertinente (m², km, ou equivalente).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

10.22.6 Será permitida a soma de atestados para fins de comprovação do quantitativo exigido, **independentemente do período de execução**, desde que evidenciada a capacidade da licitante para execução dos serviços.

10.22.7 É vedada a apresentação de atestados emitidos pela própria licitante.

10.23 DAS DECLARAÇÕES

10.23.1 O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema **LICITANET**:

10.23.1.1 Declaração que não Emprega Menor, conforme inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

10.23.1.2 Declaração de Microempresa ou EPP, quando aplicável.

10.23.1.3 Declaração de Fato Superveniente e Impeditivo da habilitação.

10.23.1.4 Declaração de Habilitação e Elaboração Independente de Proposta.

10.23.1.5 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.23.2 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.23.3 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

10.23.4 **Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

10.23.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.23.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

10.23.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DOS RECURSOS

- 11.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.4** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.5** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.6** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento
- 11.7** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.8** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.9 OS RECURSOS INTERPOSTOS FORA DO PRAZO NÃO SERÃO CONHECIDOS.**
- 11.10** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.11** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.12** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
 - 12.1.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando
 - 12.1.2.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.2.4** Ou deixar de apresentar amostra
 - 12.1.2.5** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5** Fraudar a licitação
- 12.1.6** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1** Advertência;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

12.2.2 Multa;

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 Circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (**cinco**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.6 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.17** Constituem também hipóteses de aplicação de penalidades:
- a) Não substituição de profissional ausente ou inadequado no prazo determinado;
 - b) Não manutenção do quantitativo mínimo de profissionais exigidos;
 - c) Falta de fornecimento ou uso inadequado de EPIs; d) Execução de serviços de forma inadequada, incompleta ou em desacordo com os padrões exigidos;
 - e) Descumprimento das determinações da fiscalização do contrato;
 - f) Paralisação ou abandono injustificado dos serviços;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- g) Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais;
- h) Reincidência de falhas na execução dos serviços;

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.
- 13.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1 DA CONTRATADA

- 14.1.1** O(a) Contratado(a) deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 14.1.1.1** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente;
 - 14.1.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, não sendo reduzida essa responsabilidade em razão da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 14.1.1.3** Disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, o quantitativo mínimo de profissionais exigidos, devidamente qualificados e aptos ao desempenho das funções;
- 14.1.1.4** Substituir imediatamente qualquer profissional que esteja ausente, inapto, com desempenho insatisfatório ou que não atenda às exigências da Administração;
- 14.1.1.5** Cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados, não transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por seu inadimplemento;
- 14.1.1.6** Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;
- 14.1.1.7** Fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme normas de segurança do trabalho vigentes;
- 14.1.1.8** Manter supervisão técnica permanente, garantindo a adequada execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais;
- 14.1.1.9** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- 14.1.1.10** Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo:
- a) Certidão relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões de regularidade estadual e municipal;
 - d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 23.13.
- 14.1.1.11** Apresentar, mensalmente, documentação comprobatória referente aos empregados vinculados ao contrato, incluindo:
- a) Folha de pagamento dos funcionários;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- b) Comprovantes de pagamento dos salários;
- c) Holerites individuais (assinados ou eletrônicos);
- d) Comprovantes de recolhimento do FGTS;
- e) Comprovantes de recolhimento do INSS;
- f) Guia GFIP/SEFIP ou equivalente;
- g) Folha de ponto ou registro de frequência dos funcionários;

14.1.1.12 Manter canal de comunicação ativo com a CONTRATANTE, atendendo prontamente às solicitações da fiscalização;

14.1.1.13 Não interromper a execução dos serviços, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

14.1.1.14 Cumprir as normas de segurança do trabalho, ambientais e demais legislações aplicáveis à execução dos serviços;

14.1.1.15 Atender às determinações da fiscalização do contrato, corrigindo imediatamente quaisquer irregularidades apontadas;

14.1.1.16 Garantir a substituição imediata de profissionais em casos de ausência, afastamento ou desligamento, sem prejuízo à continuidade dos serviços;

14.1.1.17 Observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo a confidencialidade e a segurança das informações a que tiver acesso;

14.1.1.18 O pagamento da fatura ficará condicionado à apresentação de toda a documentação exigida nos itens anteriores, podendo a Administração reter valores em caso de irregularidade;

14.1.2 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14.2 DA CONTRATANTE:

14.2.1 São obrigações do Contratante:

14.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

14.2.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

Referência;

- 14.2.4** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 14.2.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.2.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 14.2.7** Aplicar à Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência, no Contrato, no Edital e na legislação pertinente, quando for o caso.
- 14.2.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 14.2.9** Responder eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº.14.133, de 2021.
- 14.2.10** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.2.11** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art.93, §2º, da Lei nº14.133/2021.
- 14.2.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.2.13** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 14.2.14** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15 DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 15.1.1** A execução dos serviços contratados será realizada de forma contínua,





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

planejada e supervisionada, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, considerando as necessidades operacionais do Município de Mirante da Serra – RO.

15.1.2 Forma de Prestação dos Serviços:

I. Os serviços serão executados de forma presencial e diária, com alocação de equipes por função, setor e localidade, conforme cronograma estabelecido pela SEMOSP.

II. A empresa contratada deverá manter disponibilidade imediata de pessoal de reserva para substituição de trabalhadores ausentes por quaisquer motivos (atestados, faltas, férias, etc.), garantindo a continuidade dos serviços.

15.1.3 Equipes e Supervisão:

I. A empresa deverá organizar as equipes por função e frente de trabalho, designando um supervisor responsável por cada equipe ou núcleo de atuação.

II. Cada supervisor será o responsável por: o Acompanhar o desempenho dos funcionários; o Monitorar a produtividade e assiduidade; o Preencher relatórios diários/semanal/mensal de atividades executadas; o Estabelecer comunicação direta com a equipe técnica da SEMOSP.

15.1.4 Equipamentos e Materiais:

I. Todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas manuais, materiais de apoio e veículos operacionais deverão ser fornecidos pela empresa contratada, em perfeitas condições de uso e com manutenção periódica.

II. O Município não disponibilizará equipamentos, ferramentas ou EPIs aos terceirizados.

15.1.5 Relatórios e Acompanhamento:

I. A contratada deverá apresentar, mensalmente, os seguintes documentos:

- a - o Relatório de execução dos serviços, detalhado por função e frente de trabalho;
- b - o Comprovantes de pagamento de salários, FGTS e INSS dos funcionários alocados;
- c - Cópia dos holerites dos trabalhadores.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

II. A fiscalização e acompanhamento dos serviços serão realizados por equipe designada da SEMOSP, que poderá solicitar correções, substituições ou ajustes nas rotinas sempre que necessário.

15.1.6 Veículos:

I. A empresa deverá disponibilizar os veículos de apoio necessários para transporte de pessoal e equipamentos, incluindo:

- a - Veículo tipo VAN para o transporte dos colaboradores;
- b - Caminhão com cesto aéreo, para serviços de poda de árvores e manutenção da rede de iluminação pública.

15.2 GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.2.1 Os serviços fornecidos deverão possuir garantia mínima conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sendo de inteira responsabilidade da contratada a substituição, reparo ou correção, sem ônus para a Administração, de quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades constatadas durante o período de garantia.

16 RECEBIMENTO

16.1 Não serão recebidos os itens/serviços com especificações em desacordo com as constantes no Termo de Referência;

16.2 A aquisição será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.3 No caso de controvérsia sobre a aquisição do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de **Nota Fiscal** no que permite à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

16.5 Os **materiais/serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estabelecido, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.6 O **recebimento não exclui a responsabilidade civil** pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita entrega dos bens adquiridos, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento

16.7 DA FISCALIZAÇÃO

16.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

16.7.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

16.7.3 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

16.7.4 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

16.7.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

16.7.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

16.7.7 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

16.7.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

16.7.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

16.8 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.8.1 O Recebimento dos bens será acompanhada pela Comissão de Recebimento, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidões, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.

16.8.2 As decisões e providências que ultrapassem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.8.3 O Chefe do Poder Executivo, bem como o Gestor designado, poderá nomear fiscal de contrato.

16.9 GESTOR DO CONTRATO

16.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

16.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

16.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246,





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

de 2022, art. 21, III).

- 16.9.4** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 16.9.5** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 16.9.6** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 16.9.7** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16.10 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 16.10.1** Art. 96. da lei 14133/2021 A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

16.11 DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

16.11.1 O material/serviço fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

16.11.2 Os materiais/serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

17 DO CONTRATO E DA ASSINATURA

17.1 DO CONTRATO

17.1.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

17.1.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.1.3 O prazo de vigência do contrato será definido pela Administração no momento da contratação, contado a partir da data de sua assinatura, podendo, **a critério exclusivo da Administração Pública**, ser **prorrogado** mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado e observado o interesse público, nos termos do **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

17.1.4 A prorrogação poderá ocorrer para assegurar a continuidade da execução contratual, **quando comprovada a vantajosidade**, a manutenção das condições originais e o atendimento do interesse da Administração, observadas as hipóteses legais e os limites temporais previstos na legislação pertinente.

17.1.5 A Administração poderá, ainda, promover a **redução, ampliação, alteração ou extinção do contrato**, conforme o disposto nos **arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021**, respeitados o equilíbrio econômico-financeiro e o interesse público.

17.1.6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1.6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.1.6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.1.6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.1.6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.1.6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18 SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 DO FORNECIMENTO





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 19.1** Mediante contrato, os serviços serão prestados de forma contínua e ininterrupta, garantindo sua execução regular e sem interrupções durante toda a vigência contratual.

20 DO PAGAMENTO

- 20.1** O pagamento somente poderá ser efetuado mediante a comprovação de que todos os encargos trabalhistas, devidamente recolhidos nos termos da legislação vigente (com valores compatíveis e legais), e os salários referentes ao mês anterior encontram-se integralmente quitados.

- 20.2** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada devidamente certificada, indicados pelo contratado e que seja **VINCULADO AO CNPJ** da empresa, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, com fulcro nas [Instruções Normativas RFB/1234/2012 e RFB 2.145/2023](#), como se segue:

"Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil".

- 20.3** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento e da liquidação da despesa.

- 20.4** Será procedida consulta ON-LINE junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 20.4.1** Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

- 20.4.2** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 20.5** A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.
- 20.6** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial do IRF, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 3402/2023, anexo I, que recepcionou a IN n. 1.234/2012 da RFB.
- 20.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.8** O contratado que é MEI, e/ou estar regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial.
- 20.9** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da do órgão requisitante, conforme o caso.
- 20.10** A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- 20.11** A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.
- 20.12** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 20.13** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Recebimento do Responsável pelo Almoxarifado na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.
- 20.14** Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO.
- 20.15** Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

NOME DO BANCO;
NÚMERO E NOME DA AGÊNCIA BANCÁRIA E O NÚMERO DA CONTA CORRENTE.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 20.16** Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;
- 20.17** A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.
- 20.18** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

21 DA LIQUIDAÇÃO

- 21.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, para fins de liquidação, na forma desta seção.
- 21.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 21.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 21.4** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 21.5** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para:
- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 21.6** Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#) a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 21.7** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.8** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 21.9** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

22 DO REAJUSTE DE PREÇO

- 22.1** Somente será admitido o reajuste dos preços contratados em caso de comprovado **desequilíbrio econômico-financeiro**, devidamente demonstrado pela contratada. Para tanto, deverão ser apresentados documentos comprobatórios da época da realização do Pregão Eletrônico — que evidenciem a composição do preço ofertado —, bem como documentos atuais que comprovem de forma objetiva o desequilíbrio ocorrido no período, de modo a permitir a análise e a eventual recomposição do equilíbrio contratual.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura do Município de Mirante da Serra/RO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação
- 23.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

observarão o **horário de Brasília - DF.**

23.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios eletrônicos www.licitanet.com.br, pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br ou <http://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br> na aba licitações.

24 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Declaração Unificada - MODELO (Termo de Compromisso)
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Estudo Técnico Preliminar - ETP
ANEXO III	Minuta de Contrato

Mirante da Serra-RO 30 de Abril de 2026

RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA

Agente de Contratação (Pregoeiro)

Portaria nº 7365/2025

(Assinado Eletronicamente)





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO (DECLARAÇÃO CONJUNTA)

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO(PREGOEIRO) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a **empresa (razão social)**, inscrita no **CNPJ/MF (nº)**, com sede administrativa na **(endereço completo)**, neste ato representado por **(nome completo)**, CPF nº **x**, propomos-nos a entregar/executar o **(objeto resumido)** de que trata o Edital de PREGÃO ELETRÔNICA NO *****/PMMS/*****, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- c) O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;
- e) O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- f) O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- g) A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- h) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- i) Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- j) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- k) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

l) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

m) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

n) Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

O) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e data:***de*****de*****2025**

Assinatura do Representante Legal

CARIMBO DE CNPJ





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	Nº 036/PMMS/2026	30/04/2026

ID: 388821	Processo	Documento
CRC: 6AD5EFA7		
Processo: 1-585/2026		
Usuário: JOÃO HENRIQUE DELFINO SILVA VALENCIO		
Criação: 30/04/2026 08:05:57	Finalização: 30/04/2026 08:07:12	

MD5: **91B5F7DD0082B04C3997F0DC7D048717**

SHA256: **B290E6898E6D58DF35638122E62E7DC830C9ED20098DF12B66675EA0B2119DE7**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico Nº 036/PMMS/2026

INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	30/04/2026 08:05:57
--------------------------------	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30/04/2026 08:05:57
-----------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA	PREGOEIRO OFICIAL	30/04/2026 08:07:42
---	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 388821 e o CRC 6AD5EFA7.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 585/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra operacional, compreendendo as seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricitista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador, para execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos municipais e suporte técnico operacional, no âmbito da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, do Município de **Mirante da Serra – RO**.

1.2. Objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra operacional, compreendendo as seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricitista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador, para execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos municipais e suporte técnico operacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP , do Município de Mirante da Serra – RO .	meses	6	R\$ 256.353,54	R\$ 1.538.121,21

1.3. Quantidade estimada dos serviços por item:

ITEM.	SERV/DESCRIÇÃO.	QUANT	UNID.
Manutenção e limpeza das vias urbanas e prédios públicos do Município de Mirante da Serra	Poda de árvore.	170	UND
	Serviço de roçagem de áreas verdes	147.447,00	M²
	Varrição de ruas.	172.023,11	M²
	Capinação e raspagem		M²



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

		4.914,95	
	Pintura de meio fio	49,149	KM

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada se faz necessária para garantir a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços operacionais atribuídos à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) do Município de Mirante da Serra – RO. Tais serviços são essenciais para a manutenção da limpeza urbana, iluminação pública, conservação de prédios públicos, apoio a obras e manutenção de vias e estradas, bem como para suporte à frota de veículos e equipamentos utilizados nas ações administrativas e operacionais do município.

2.1 Descrição da Necessidade da Contratação

2.2. A presente contratação visa atender às seguintes necessidades:

- I. Suprir a carência de mão de obra para execução de serviços como capinação, roçagem, varrição, poda de árvores, pintura de meio-fio, remoção de entulhos, transporte de materiais, manutenção de veículos e equipamentos, limpeza e conservação de prédios públicos, além da manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública;
- II. Assegurar a alocação de profissionais qualificados para atividades específicas como eletricitas, operadores de máquinas, mecânicos, soldadores, braçais, Operador de Caminhão D e E e podadores;
- III. Atender à necessidade de cobertura das frentes de trabalho com equipes organizadas, treinadas e equipadas;
- IV. Permitir que a empresa contratada disponibilize todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e demais materiais necessários para a realização das atividades, sem ônus adicional ao Município;
- V. Garantir que a contratada apresente mensalmente:
 - o Relatório de execução dos serviços realizados de forma detalhada;
 - o Comprovantes de pagamento de encargos trabalhistas (INSS, FGTS);
 - o Cópias dos holerites dos trabalhadores alocados;
- VI. Assegurar agilidade na substituição de colaboradores, sem comprometer a continuidade do serviço público;
- VII. Atender às exigências legais, ambientais, de segurança e de fiscalização dos órgãos competentes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

2.3. A contratação permitirá que o Município mantenha a regularidade na execução de serviços operacionais essenciais à qualidade de vida da população, promovendo a conservação do espaço urbano e o cumprimento das obrigações institucionais da SEMOSP

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra operacional qualificada e treinada, com fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, materiais necessários e veículos de apoio, para execução dos serviços de competência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

3.2. Ciclo de Vida do Objeto

3.3. Durante todo o ciclo de vida do contrato, a empresa contratada será responsável por:

- I. **Alocação e gestão de pessoal qualificado**, com substituição imediata em caso de faltas, afastamentos ou desligamentos;
- II. **Fornecimento e reposição contínua de EPIs, ferramentas e utensílios de trabalho**, garantindo a segurança dos trabalhadores e a conformidade com as normas de segurança e medicina do trabalho;
- III. **Prestação mensal de contas**, mediante apresentação de:
 - o Relatórios de serviços executados por função e frente de trabalho;
 - o Cópia dos comprovantes de pagamento de salários, INSS, FGTS;
 - o Cópia dos contracheques dos profissionais;
- IV. **Manutenção preventiva dos equipamentos utilizados**, com substituição ou reparo imediato dos que apresentarem falhas;
- V. **Garantia de segurança jurídica e trabalhista**, com a manutenção de todos os encargos legais em dia;
- VI. **Acompanhamento técnico e supervisão contínua**, assegurando o cumprimento dos padrões de qualidade definidos pelo Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

4.2. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. seguro-garantia;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)
- 4.3. § 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.4. § 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

5. Requisitos Técnicos e Operacionais

- 5.1. Disponibilizar **mão de obra qualificada**, devidamente treinada e capacitada para o desempenho das funções descritas no Termo de Referência.
- 5.2. Apresentar documentação que comprove **habilitação técnica**, inclusive com Atestado(s) de Capacidade Técnica de execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.
- 5.3. Disponibilizar os **equipamentos de proteção individual (EPIs)** a todos os profissionais, em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança do trabalho, devendo substituí-los periodicamente ou em caso de avarias.
- 5.4. Disponibilizar as **ferramentas e materiais necessários ao desempenho das funções**, conforme especificado nos anexos do Termo de Referência.
- 5.5. Fornecer **veículos operacionais e de apoio**, incluindo uma van para locomoção dos colaboradores e um caminhão com cesto aéreo para serviços especializados como poda e iluminação pública.
- 5.6. Apresentar **relatórios mensais de execução dos serviços**, detalhando as atividades desempenhadas por equipe e local de atuação.
- 5.7. A CONTRATADA deverá fornecer e manter todos os colaboradores uniformizados e identificados, sendo responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de uniformes e crachás aos seus funcionários;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Condições
- 6.2. A execução dos serviços contratados será realizada de forma contínua, planejada e supervisionada, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, considerando as necessidades operacionais do Município de Mirante da Serra – RO.
- 6.3. Forma de Prestação dos Serviços





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- I. Os serviços serão executados **de forma presencial e diária**, com alocação de equipes por função, setor e localidade, conforme cronograma estabelecido pela SEMOSP.
- II. A empresa contratada deverá manter **disponibilidade imediata de pessoal de reserva** para substituição de trabalhadores ausentes por quaisquer motivos (atestados, faltas, férias, etc.), garantindo a continuidade dos serviços.

6.4. Equipes e Supervisão

- I. A empresa deverá **organizar as equipes por função e frente de trabalho**, designando **um supervisor responsável** por cada equipe ou núcleo de atuação.
- II. Cada supervisor será o responsável por:
 - o Acompanhar o desempenho dos funcionários;
 - o Monitorar a produtividade e assiduidade;
 - o Preencher relatórios diários/semanal/mensal de atividades executadas;
 - o Estabelecer comunicação direta com a equipe técnica da SEMOSP.

6.5. Equipamentos e Materiais

- I. Todos os **equipamentos de proteção individual (EPIs)**, ferramentas manuais, materiais de apoio e veículos operacionais deverão ser **fornecidos pela empresa contratada**, em perfeitas condições de uso e com manutenção periódica.
- II. O Município **não disponibilizará equipamentos, ferramentas ou EPIs** aos terceirizados.

6.6. Relatórios e Acompanhamento

- I. A contratada deverá apresentar, **mensalmente**, os seguintes documentos:
 - o **Relatório de execução dos serviços**, detalhado por função e frente de trabalho;
 - o **Comprovantes de pagamento de salários, FGTS e INSS** dos funcionários alocados;
 - o **Cópia dos holerites** dos trabalhadores.
- II. A fiscalização e acompanhamento dos serviços serão realizados por equipe designada da SEMOSP, que poderá solicitar correções, substituições ou ajustes nas rotinas sempre que necessário.

6.7. Veículos

- I. A empresa deverá disponibilizar os **veículos de apoio** necessários para transporte de pessoal e equipamentos, incluindo:
 - o **Veículo tipo VAN** para o transporte dos colaboradores;
 - o **Caminhão com cesto aéreo**, para serviços de poda de árvores e manutenção da rede de iluminação pública.

7. QUADRO RESUMO: QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS, EPIS E VEÍCULOS

7.1. Quantitativo de Profissionais por Função (Estimativa Inicial)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

QUANTITATIVO DE MÃO DE OBRA	
Serviços gerais braçais	10
Eletricista	1
Mecânico	2
Operador de máquinas pesadas (PATROL)	2
Operador de máquinas pesadas (ESCAVADEIRA HIDRAULICA)	2
Operador de máquinas pesadas (PA CARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA)	3
Operador de Caminhão D e E	4
Soldador	1
Podador	2
Eletricista (automotivo)	1

7.2. Descrição das Funções Operacionais

7.3. Serviços Gerais / Braçais – Atividades Executadas

7.4. Os profissionais designados para a função de **serviços gerais e braçais** terão como responsabilidade a execução de atividades operacionais de apoio à limpeza e manutenção urbana, conservação de espaços públicos e suporte a ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Entre suas atribuições, destacam-se:

- I. Varrição de ruas, calçadas, praças e demais logradouros públicos;
- II. Capinação e roçagem manual de terrenos, canteiros, margens de estradas e áreas públicas;
- III. Limpeza e desobstrução de bueiros, sarjetas e bocas de lobo;
- IV. Carregamento e descarregamento de materiais, entulhos e resíduos sólidos;
- V. Coleta manual de resíduos em áreas públicas e eventos;
- VI. Apoio na montagem e desmontagem de estruturas para ações públicas;
- VII. Pintura de meio-fio e limpeza de calçadas e guias;
- VIII. Apoio em serviços de conservação de prédios públicos e instalações;
- IX. Execução de tarefas braçais diversas, conforme necessidade do serviço;
- X. Zelar pelos materiais, ferramentas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- XI. Seguir as normas de segurança e usar adequadamente os EPIs fornecidos.

7.5. Eletricista – Atividades Executadas

7.6. O eletricista será responsável por executar serviços elétricos relacionados à manutenção da infraestrutura pública do município, englobando iluminação pública e instalações elétricas internas em prédios públicos municipais. Suas principais atividades incluem:

- I. Realizar manutenção corretiva e preventiva da rede de iluminação pública, incluindo troca de lâmpadas, relés, fotocélulas, fiação e demais componentes e outros;
- II. Instalar, reparar e substituir equipamentos e sistemas elétricos em postes, luminárias e redes externas;





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- III. Executar pequenos reparos e manutenção elétrica em instalações internas de prédios públicos municipais, como escolas, unidades de saúde, secretarias e outros;
- IV. Verificar e solucionar problemas elétricos, garantindo o funcionamento seguro e eficiente das instalações;
- V. Executar testes elétricos e inspeções para detectar falhas ou riscos;
- VI. Zelar pela segurança no trabalho, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;
- VII. Elaborar relatórios técnicos sobre as intervenções realizadas;
- VIII. Cumprir normas técnicas e de segurança vigentes.

7.7. Mecânico – Atividades Executadas

7.8. O mecânico será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, garantindo o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos utilizados nos serviços públicos. Entre suas principais atribuições estão:

- I. Realizar inspeção, diagnóstico e reparos em motores, sistemas de transmissão, freios, suspensão, direção e outros componentes mecânicos de veículos leves, pesados e máquinas pesadas;
- II. Efetuar manutenção preventiva periódica conforme cronogramas estabelecidos, para evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos;
- III. Substituir peças e componentes danificados, como filtros, óleo, pneus, pastilhas de freio, correias, mangueiras, entre outros;
- IV. Ajustar e calibrar sistemas mecânicos para garantir a operação correta dos veículos e máquinas;
- V. Realizar testes de funcionamento após reparos e manutenções;
- VI. Manter a organização e limpeza da oficina e das ferramentas utilizadas;
- VII. Registrar os serviços executados em relatórios ou sistemas de controle;
- VIII. Cumprir as normas de segurança do trabalho e utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- IX. Colaborar com outras equipes para garantir a operacionalidade da frota municipal.

7.9. Operador de Máquinas Pesadas – Atividades Executadas

7.10. O operador de máquinas pesadas será responsável por operar equipamentos como, escavadeira hidráulica, retro escavadeiras, tratores, pás carregadeiras, moto niveladoras e outras máquinas utilizadas nas atividades de manutenção urbana, obras públicas e limpeza. Suas principais atribuições incluem:

- I. Operar máquinas pesadas com segurança e eficiência, seguindo as normas técnicas e de segurança;
- II. Executar serviços de terraplanagem, abertura e limpeza de valas, nivelamento de terrenos, remoção de entulhos e preparação de áreas para obras;
- III. Realizar manutenção básica preventiva das máquinas, como lubrificação, verificação de níveis de óleo e combustível;
- IV. Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos sob sua responsabilidade;
- V. Comunicar imediatamente qualquer defeito ou irregularidade detectada nas máquinas;
- VI. Colaborar com a equipe na execução dos serviços de limpeza urbana, manutenção de vias e obras públicas;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- VII. Cumprir os procedimentos de segurança e utilizar adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- VIII. Preencher relatórios ou registros de operação e manutenção quando exigido.

7.11. Operador de Caminhão – Categorias D e E – Atividades Executadas

7.12. O operador de caminhão será responsável por conduzir veículos pesados, nas categorias D e E, para transporte de materiais, resíduos, equipamentos e apoio às atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Suas principais funções incluem:

- I. Conduzir caminhões pesados com segurança e responsabilidade, respeitando as normas de trânsito e regulamentos municipais;
- II. Realizar transporte de entulhos, resíduos sólidos, materiais de construção, equipamentos e outros materiais necessários às atividades de limpeza urbana, obras e manutenção;
- III. Efetuar carga e descarga dos materiais, quando necessário, com apoio da equipe;
- IV. Realizar inspeção diária do veículo, verificando condições mecânicas, níveis de óleo, combustível, pneus e equipamentos de segurança;
- V. Manter a documentação do veículo atualizada e zelar pela sua conservação e limpeza;
- VI. Comunicar imediatamente qualquer anormalidade ou defeito no veículo à supervisão;
- VII. Cumprir rigorosamente os procedimentos de segurança do trabalho e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- VIII. Preencher relatórios de viagem e transporte, conforme exigência da administração.

7.13. Eletricista Automotivo – Atividades Executadas

7.14. O eletricista automotivo será responsável pela manutenção, reparo e instalação dos sistemas elétricos dos veículos e máquinas pesadas da frota municipal, assegurando o funcionamento correto e seguro desses sistemas. Suas principais atribuições incluem:

- I. Diagnosticar e reparar falhas em sistemas elétricos automotivos, como circuitos de iluminação, sinalização, ignição e carregamento;
- II. Substituir componentes elétricos defeituosos, tais como baterias, alternadores, motores de partida, fusíveis, relés, cabos e conectores;
- III. Instalar acessórios elétricos nos veículos, como sistemas de alarme, sirenes, luzes auxiliares e rastreadores;
- IV. Realizar testes e inspeções periódicas para garantir o funcionamento adequado dos sistemas elétricos;
- V. Auxiliar a equipe de mecânicos na identificação de problemas elétricos integrados a sistemas mecânicos;
- VI. Manter a organização e conservação das ferramentas e equipamentos elétricos;
- VII. Cumprir as normas de segurança do trabalho, utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- VIII. Registrar e reportar as atividades realizadas, conforme orientação da supervisão.

7.15. Soldador – Atividades Executadas

7.16. O soldador será responsável pela execução de serviços de soldagem, corte e reparo de estruturas metálicas, equipamentos e máquinas pertencentes ao patrimônio municipal, contribuindo para a manutenção e conservação dos bens públicos. Suas principais atribuições incluem:





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- I. Realizar soldagem em diferentes tipos de materiais metálicos, utilizando técnicas como soldagem MIG, TIG, eletrodo revestido, entre outras;
- II. Efetuar corte, acabamento e montagem de peças metálicas conforme especificações técnicas;
- III. Reparar estruturas metálicas de veículos, máquinas pesadas, equipamentos urbanos e instalações prediais;
- IV. Realizar manutenção preventiva em equipamentos metálicos, evitando falhas e aumentando a durabilidade;
- V. Operar máquinas e equipamentos de soldagem com segurança, respeitando as normas técnicas e de segurança;
- VI. Manter o ambiente de trabalho organizado e limpo, cuidando das ferramentas e equipamentos;
- VII. Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apropriados;
- VIII. Registrar as atividades realizadas e comunicar qualquer irregularidade à supervisão

7.17. Podador – Atividades Executadas

7.18. O podador será responsável por realizar a manutenção e conservação da arborização urbana, contribuindo para a segurança, estética e saúde das árvores em áreas públicas do município. Suas principais atribuições incluem:

- I. Realizar podas corretivas, de limpeza e formação em árvores de vias públicas, praças e áreas verdes;
- II. Avaliar o estado fitossanitário das árvores, identificando galhos secos, doentes ou que ofereçam risco à população;
- III. Remover galhos que estejam interferindo na rede elétrica, sinalização, calçadas e vias públicas;
- IV. Utilizar ferramentas manuais e motorizadas de poda, como tesouras, serras elétricas e motosserras, com segurança e eficiência;
- V. Realizar o transporte e destinação adequada dos resíduos vegetais gerados pelas podas, conforme orientação ambiental;
- VI. Seguir as normas de segurança do trabalho e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- VII. Comunicar à supervisão qualquer situação de risco ou necessidade de intervenção especial;
- VIII. Auxiliar em ações de plantio e manutenção de áreas verdes, quando solicitado.

7.19. Todos os itens, equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços encontram-se devidamente especificados nas planilhas anexas, as quais passam a integrar este Termo de Referência para todos os fins de direito, devendo ser integralmente observadas pela futura contratada.

7.20. Todos os itens, equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços encontram-se devidamente discriminados nas planilhas de composição de custos anexas, as quais passam a fazer parte integrante deste Termo de Referência para todos os fins legais. A CONTRATADA deverá observar integralmente os itens ali descritos, sendo vedada a execução dos serviços sem a devida disponibilização dos recursos necessários, Poderão ser incluídos novos itens, equipamentos, ferramentas ou EPIs, caso necessário, para o adequado atendimento das demandas



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

do serviço, desde que devidamente justificados pela CONTRATANTE e formalizados nos termos da legislação vigente, especialmente mediante termo aditivo, quando aplicável.

8. Qualificação Técnica Específica por Função

8.1. Para assegurar a plena execução dos serviços, a CONTRATADA deverá comprovar que os profissionais disponibilizados atendem aos seguintes requisitos técnicos e legais, conforme a função a ser desempenhada:

a) Serviços Gerais / Braçais

- Atestado(s) de execução de serviços de limpeza urbana, capina, roçagem, varrição ou conservação de espaços públicos;
- Treinamento básico de uso correto de **EPIs (NR-6)**;

b) Eletricista (infraestrutura pública)

- Atestado(s) de execução de serviços de manutenção em rede de iluminação pública e/ou instalações elétricas prediais;
- Registro de **responsável técnico no CREA/CONFEA**;
- Certificação em **NR-10 (Segurança em Eletricidade – mínimo 40h)**;
- Certificação em **NR-35 (Trabalho em Altura – mínimo 8h)**;
- Experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em manutenção de iluminação pública.

c) Eletricista Automotivo

- Atestado(s) de serviços em sistemas elétricos automotivos (veículos leves, pesados e máquinas pesadas);
- Curso ou treinamento específico em **elétrica automotiva**;
- Treinamento em **NR-10 Básico (mínimo 40h)**, por atuar em sistemas energizados de veículos.

d) Mecânico

- Atestado(s) de execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos e/ou máquinas pesadas;
- Curso de formação ou qualificação em mecânica automotiva e/ou mecânica de máquinas pesadas (mínimo 160h ou equivalente reconhecido pelo MEC/SENAI);
- Experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos;
- Treinamento em segurança no trabalho em oficinas (NR-12 – Máquinas e Equipamentos).

e) Operador de Máquinas Pesadas

- Atestado(s) de operação de máquinas como retroescavadeira, motoniveladora, pá carregadeira, trator de esteira ou similar;
- **CNH categoria mínima C** válida;
- Certificação em **operação segura de máquinas pesadas (NR-12)**;

f) Motorista de Caminhão (categorias D e E)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- **CNH categoria D ou E válida;**
- Curso de **direção defensiva e transporte de cargas;**
- Experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em transporte de materiais, entulhos e/ou apoio a obras;
- Atestado(s) de execução de serviços similares.

g) Soldador

- Atestado(s) de execução de serviços de soldagem em estruturas metálicas, veículos ou máquinas pesadas;
- Treinamento em processos de soldagem **MIG/MAG, TIG e eletrodo revestido;**
- Treinamento em segurança do trabalho aplicável (NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR-34 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Reparação Naval e Afins, por analogia);

h) Podador

- Atestado(s) de execução de poda e manutenção de arborização urbana;
- Treinamento em **NR-35 (Trabalho em Altura);**
- Curso de **operador de motosserra** (mínimo 08h, conforme exigência do MTE);

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.2.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.2.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.2.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

9.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

9.2.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

10. GESTOR DO CONTRATO

10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.538.121,21 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, cento e vinte e um reais e vinte e um centavos.)

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Preposto

12.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

12.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade. Fiscalização.

12.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Fiscalização Técnica.

12.9. O fornecimento de combustível necessário à execução dos serviços será de responsabilidade da CONTRATANTE, cabendo a esta o controle de abastecimento, consumo e utilização, por meio de sistema próprio ou outro meio de controle administrativo. A CONTRATADA deverá utilizar o combustível exclusivamente na execução dos serviços contratados, sendo vedado o uso para fins diversos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento

13.2. O CONTRATADO fornecerá, até o quinto dia útil de cada mês, o relatório da execução efetiva dos serviços, com todas as medições dos serviços executados no mês incluindo cronograma semanal e mensal de serviço executado em cada frente de serviço, km rodado de todos veículos, relatório de manutenções realizadas, sinistros ou acidentes de trabalho ocorridos, relatório fotográfico de execução dos serviços e outras demandas que o CONTRATANTE vier a solicitar;

13.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

13.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução.

14. Liquidação

14.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 14.1.1. o prazo de validade;
- 14.1.2. a data da emissão;
- 14.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 14.1.5. o valor a pagar;
- 14.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.2. havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. Prazo de pagamento

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

15.2. Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanar o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

15.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso..

16. Forma de pagamento

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado.

16.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial do IRF, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 3402/2023, anexo I, que recepcionou a IN n. 1.234/2012 da RFB. Acrescentar a retenção de 11% do INSS

16.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17. FATURAMENTO

17.1. as Notas Fiscais deverão ser apresentadas junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, sendo emitidas em favor da seguinte unidade administrativa:

17.2. Prefeitura Municipal de Mirante da Serra CNPJ: 63.787.071/0001-04 Endereço: Rua Dom Pedro I, nº 2389 – Centro – CEP 76.926-000 – Mirante da Serra/RO Telefone: (69) 9 9297-4266.

17.3. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:

17.4. A descrição detalhada do serviço/material, utilizando a Denominação Comum Brasileira – DCB (conforme Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999);

17.5. O número da cotação, processo administrativo ou número do empenho correspondente;

17.6. O número da conta bancária da empresa contratada para fins de depósito do pagamento;

17.7. O número do contrato firmado entre as partes.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, Forma de fornecimento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

19. Exigências de habilitação

19.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

19.2. Habilitação jurídica

19.2.1. A Empresa deve possuir Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no CNPJ compatível com a prestação do serviços.

19.2.2. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

19.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

19.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.2.5. Cédula de identificação dos sócios (RG e CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

19.2.6. Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

19.2.7. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

20. DA REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

20.1. Para o fiel cumprimento da legislação trabalhista, a administração pública exigirá por meio do gestor e fiscal do contrato as seguintes documentações, antes de cada pagamento:

20.2. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.

20.3. Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS.

20.4. Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS.

20.5. Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do FGTS.

20.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link <https://tst.jus.br/certidao1> Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

20.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

20.8. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, é facultado ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

20.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.10. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

21. Qualificação Econômico-Financeira

21.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando que a empresa não está em processo de falência;

21.2. A Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data da CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

21.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

21.5. Índices de liquidez geral (LG) liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1(UM);

21.6. Os valores informados na planilha de composição de custos e formação de preços deverão ser compatíveis com o regime tributário da empresa (Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional) e com os custos efetivos da execução do contrato. A CONTRATADA deverá comprovar todas as informações constantes na planilha, conforme itens apresentados nos anexos, sendo



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

obrigatória a apresentação de documentação comprobatória, incluindo salários, encargos trabalhistas e previdenciários, benefícios, insumos, EPIs, uniformes, equipamentos, tributos e lucro. O não atendimento a estas exigências, bem como a apresentação de informações inconsistentes ou incompatíveis com a realidade da empresa, poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.

22. Qualificação Técnica

22.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.2. Os atestados apresentados deverão comprovar a execução de serviços **compatíveis com o objeto contratado**, em características, quantidades e prazos, evidenciando a experiência da licitante em serviços de natureza contínua e operacional.

22.3. Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação da empresa contratante;
- b) Descrição dos serviços executados;
- c) Período de execução dos serviços;
- d) Quantitativos executados;
- e) Declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória;
- f) Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão;

22.4. Serão desconsiderados atestados que não demonstrem, de forma clara e objetiva, a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

22.5. É vedada a apresentação de atestados emitidos pela própria licitante.

22.6. A Administração poderá realizar diligências para verificação da veracidade das informações apresentadas, podendo solicitar documentos complementares, entrar em contato com os emitentes ou realizar visitas técnicas.

23. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. São obrigações da CONTRATANTE.

23.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

23.1.2. Receber Objeto prazos condições estabelecidas no Termo de Referência;

23.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

23.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- 23.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 23.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei no Contrato;
- 23.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 23.1.8. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01(um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 23.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimentos do equilíbrio-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 23.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 23.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 23.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 23.1.13. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que se jare substituído, reparado corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 23.1.14. Previamente Expedição Ordem De Serviço, verificar pendências, liberar áreas/ou adotar providências cabíveis para regularidade do início da sua execução.
- 23.2. São obrigações da CONTRATADA.
- 23.3. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente;
- 23.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, não sendo reduzida essa responsabilidade em razão da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- 23.5. Disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, o quantitativo mínimo de profissionais exigidos, devidamente qualificados e aptos ao desempenho das funções;
- 23.6. Substituir imediatamente qualquer profissional que esteja ausente, inapto, com desempenho insatisfatório ou que não atenda às exigências da Administração;
- 23.7. Cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados, não transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por seu inadimplemento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- 23.8. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;
- 23.9. Fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme normas de segurança do trabalho vigentes;
- 23.10. Manter supervisão técnica permanente, garantindo a adequada execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais;
- 23.11. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- 23.12. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo:
- a) Certidão relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões de regularidade estadual e municipal;
 - d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 23.13. Apresentar, mensalmente, documentação comprobatória referente aos empregados vinculados ao contrato, incluindo:
- a) Folha de pagamento dos funcionários;
 - b) Comprovantes de pagamento dos salários;
 - c) Holerites individuais (assinados ou eletrônicos);
 - d) Comprovantes de recolhimento do FGTS;
 - e) Comprovantes de recolhimento do INSS;
 - f) Guia GFIP/SEFIP ou equivalente;
 - g) Folha de ponto ou registro de frequência dos funcionários;
- 23.14. Manter canal de comunicação ativo com a CONTRATANTE, atendendo prontamente às solicitações da fiscalização;
- 23.15. Não interromper a execução dos serviços, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- 23.16. Cumprir as normas de segurança do trabalho, ambientais e demais legislações aplicáveis à execução dos serviços;
- 23.17. Atender às determinações da fiscalização do contrato, corrigindo imediatamente quaisquer irregularidades apontadas;
- 23.18. Garantir a substituição imediata de profissionais em casos de ausência, afastamento ou desligamento, sem prejuízo à continuidade dos serviços;
- 23.19. Observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo a confidencialidade e a segurança das informações a que tiver acesso;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

23.20. O pagamento da fatura ficará condicionado à apresentação de toda a documentação exigida nos itens anteriores, podendo a Administração reter valores em caso de irregularidade;

24. DAS PENALIDADES

24.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o contratado ficará sujeito às sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas em legislação específica.

24.2. As penalidades aplicáveis à contratada são:

- a) Advertência, por escrito, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de menor gravidade e que não tenham causado prejuízo à Administração;
- b) Multa, nos seguintes casos: b.1) Morosidade na execução dos serviços, atraso injustificado ou execução em desacordo com as condições pactuadas: multa de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento); b.2) Inexecução total ou parcial do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos, nos casos de inexecução grave, fraude à licitação ou reincidência de faltas graves;
- d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

24.3. A aplicação de penalidade deverá ser precedida de processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, sendo assegurado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa.

24.4. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza e a gravidade da infração, sem prejuízo da apuração de eventuais danos civis, penais ou trabalhistas.

24.5. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos à contratada ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.6. Constituem também hipóteses de aplicação de penalidades:

- a) Não substituição de profissional ausente ou inadequado no prazo determinado;
- b) Não manutenção do quantitativo mínimo de profissionais exigidos;
- c) Falta de fornecimento ou uso inadequado de EPIs;
- d) Execução de serviços de forma inadequada, incompleta ou em desacordo com os padrões exigidos;
- e) Descumprimento das determinações da fiscalização do contrato;
- f) Paralisação ou abandono injustificado dos serviços;
- g) Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais;
- h) Reincidência de falhas na execução dos serviços;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 25.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 25.3. Programação: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICO; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00;
- 25.4. Ficha: 152
- 25.5. Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

26. DOS ANEXOS

- 26.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins de direito, as planilhas de composição de custos e formação de preços, contendo a discriminação detalhada dos custos diretos e indiretos envolvidos na execução do objeto.
- 26.2. As planilhas contemplam, no mínimo, os custos com mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, insumos, equipamentos, utensílios, EPIs, uniformes, tributos e lucro.
- 26.3. As referidas planilhas deverão ser obrigatoriamente observadas pelas licitantes na elaboração de suas propostas, servindo como base para análise de exequibilidade, fiscalização contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

Mirante da Serra – RO, em 27 de abril de 2026.

Davi Ribeiro Dias
SEC.MUN.OBRAS E SERV.PÚBLICOS
PORT.7380/2025
(assinatura eletrônica)

Ricardo Augusto Portela Lucindo
Chefe de seção de obras
Cad.2961
(assinatura eletrônica)

José Carlos Pereira de Andrade
Prefeito Municipal
(assinatura eletrônica)



EQUIPAMENTOS - BRAÇAIS					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	QUANTIDADE		PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		UNIDADE	SR		
1	Esmerilhadeira angular	unidade	2	649,67	1.299,34
2	Furadeira elétrica	unidade	2	451,42	902,84
3	MOTOSERRA, 72,2 CC, SABRE DE 33 CM	unidade	2	3.837,22	7.674,44
4	Parafusadeira a bateria: bateria íon-lítio 18 V	unidade	2	1.466,33	2.932,66
5	ROÇADEIRA MANUAL	unidade	10	2.542,49	25.424,90
6	Serra mármore portátil	unidade	2	420,15	840,30
7	Serra circular portátil	unidade	2	986,10	1.972,20
8	Serra tico-tico elétrica	unidade	2	328,00	656,00
9	SOPRADOR DE FOLHAS	unidade	2	2.542,59	5.085,18
					46.787,86
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					9.357,57
DEPRECIAÇÃO MENSAL					779,80
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 10 EMPREGADOS					77,98

EQUIPAMENTOS - TODOS SERVIDORES					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO TIPO MINI VAN	unidade	1	157.166,67	157.166,67
					157.166,67
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					31.433,33
DEPRECIAÇÃO MENSAL					2.619,44
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 28 EMPREGADO					93,55

EQUIPAMENTOS - PODADOR					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Podador Aplicação: Corte De Galhos, Características Adicionais: Haste Extensível Para 5 Metros, Cilindrada Motor: 25 Cc, Potência Motor: 1,3 Cv, Sistema Corte: Corrente, Tipo Combustível: Gasolina, Tipo Motor: À Combustão	unidade	2	1.554,67	3.109,34
					3.109,34
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					621,87
DEPRECIAÇÃO MENSAL					51,82
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADO					25,91



EQUIPAMENTOS - SOLDADOR					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Máquina de solda elétrica	unidade	1	1.227,96	1.227,96
2	Máquina de solda MIG/MAG	unidade	1	5.239,50	5.239,50
					6.467,46
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					1.293,49
DEPRECIAÇÃO MENSAL					107,79
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADOS					107,79

EQUIPAMENTOS - ELETRICISTA AUTOMOTIVO					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Testador Bateria: 9, Padrão: Tia 568	unidade	1	879,21	879,21
					879,21
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					175,84
DEPRECIAÇÃO MENSAL					14,65
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADO					14,65

EQUIPAMENTOS - ELETRICISTA					
ITEM	EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO 20% A.A.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Caminhão com cesto aéreo	unidade	1	289.950,00	289.950,00
					289.950,00
DEPRECIAÇÃO 20% AO ANUAL					57.990,00
DEPRECIAÇÃO MENSAL					4.832,50
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADO					1.610,83



UTENSÍLIOS - BRAÇAIS					
DEPRECIÇÃO 50% AO ANUAL			Qtd. 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	UTENSÍLIOS	UNIDADE	SR		
1	Baldes	unidade	5	13,85	69,25
2	Brochas p/ pintura de meio-fio	unidade	15	9,78	146,70
3	Carrinhos De Mão Especificação : Carrinhos De Mão, Pneu C/ Camara Ar 50 Litros	unidade	5	260,16	1.300,80
4	Cavadeiras	unidade	5	59,52	297,60
5	Enxadas	unidade	15	51,54	773,10
6	Enxada	unidade	5	66,69	333,45
7	Escada Material: Alumínio, Quantidade Degraus: 13, Tipo: Articulada - Material: Alumínio, Quantidade Degraus: 13, Tipo: Articulada	unidade	2	671,70	1.343,40
8	Facões	unidade	10	47,15	471,50
9	Fita métrica de pano (30 m)	unidade	7	35,79	250,53
10	Fita zebra (sinalização)	unidades	5	21,00	105,00
11	Formão	unidade	15	40,82	612,30
12	Foices	unidade	5	43,25	216,25
13	Martelo de borracha	unidade	3	27,32	81,96
14	Martelo tipo unha	unidade	3	51,63	154,89
15	Marreta pequena (5kg)	unidade	3	185,14	555,42
16	Nível de bolha	unidade	2	21,54	43,08
17	Pás de bico	unidade	5	51,50	257,50
18	Rastelos	unidade	15	43,29	649,35
19	Alavanca metálica reta (pé-de-cabra)	unidade	3	75,63	226,89
20	Arco de serra (com lâminas)	unidade	5	69,70	348,50
21	Serrote manual (madeira)	unidade	3	58,98	176,94
22	fio de corte para roçadeira, com diâmetro mínimo de 3,0 mm, comprimento total de no mínimo 300 metros,material nylon	Rolo	15	174,57	2.618,55
23	Óleo Lubrificante 2 Tempos 500ml	unidade	180	54,01	9.721,80
24	faca de roçadeira duas ponta	unidade	20	55,30	1.106,00
25	Vassouras (piaçava/cerdas duras)	unidade	35	24,47	856,45
					22.717,21
DEPRECIÇÃO 50% AO ANUAL					11.358,61
DEPRECIÇÃO MENSAL					946,55
DEPRECIÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 10 EMPREGADOS					94,66

UTENSÍLIOS - MECANICO					
DEPRECIÇÃO 50% AO ANUAL			Qtd. Por Unidade PF/MT	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	UTENSÍLIOS	UNIDADE	GISE		
1	Alicate Amperímetro - Alicate Amperímetro, Material Plástico, Tipo Digital, Corrente 1000A Ac/ 1000Adc A	unidade	2	226,87	453,74
2	Alicate bico longo isolado	unidade	2	53,56	107,12
3	Alicates universais, corte, pressão	unidade	2	53,78	107,56
4	Alicate decapador de fio	unidade	2	60,25	120,50
5	Jogo De Chave Allen 30 Peças	unidade	2	120,09	240,18
6	Jogo de Chaves Combinadas (fixa/estrela) Medidas: 6 mm a 46 mm	unidade	2	248,85	497,70
7	Jogo de Chave Catraca com Soquetes Medidas: 8 mm a 32 mm	unidade	2	416,32	832,64



8	Jogo de Chaves de Fenda	unidade	2	57,79	115,58
9	Jogo de Chaves Phillips (comuns) Medidas: N° 0 x 75 mm a N° 3 x 150 mm	unidade	2	205,91	411,82
10	Jogo de Chaves Inglesas (ajustáveis) Medidas: 6" a 24"	unidade	2	418,87	837,74
11	Chave de vela	unidade	2	41,69	83,38
12	Macaco Hidráulico. Macaco Hidráulico Tipo Jacaré, Com Rodas De Aço, Capacidade Mínima De 2 Toneladas	unidade	2	1.556,10	3.112,20
13	Torno de Bancada	unidade	1	344,11	344,11
14	Pistola para graxa/lubrificação	unidade	2	175,16	350,32
15	Torquímetro	unidade	2	257,67	515,34
					8.129,93
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL					4.064,97
DEPRECIAÇÃO MENSAL					338,75
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 2 EMPREGADO					169,37

UTENSÍLIOS - ELETRICISTA					
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL			Qtd. Por Unidade PF/MT	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	UTENSÍLIOS	UNIDADE	POSTO		
1	Cinturão tipo paraquedista com talabarte e trava-quedas	unidade	1	346,17	346,17
2	Escada de fibra (isolada, mínimo 6 m)	unidade	3	1.586,12	4.758,36
					5.104,53
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL					2.552,27
DEPRECIAÇÃO MENSAL					212,69
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADO					212,69

UTENSÍLIOS - ELETRICISTA AUTOMOTIVO					
ITEM	UTENSÍLIOS	UNIDADE	TOTAL 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Multímetro digital	unidade	2	45,10	90,20
					90,20
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL					45,10
DEPRECIAÇÃO MENSAL					3,76
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR 1 EMPREGADOS					3,76

UTENSÍLIOS - PODADOR					
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL			Qtd. Por Unidade PF/MT	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	UTENSÍLIOS	UNIDADE	POSTO		
1	Cinturão tipo paraquedista com talabarte e trava-quedas	unidade	2	346,17	692,34
2	Facões	unidade	5	47,15	235,75
					928,09
DEPRECIAÇÃO 50% AO ANUAL					464,05
DEPRECIAÇÃO MENSAL					38,67
DEPRECIAÇÃO MENSAL INDIVIDUAL POR EMPREGADO					19,34



UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO BRAÇAIS					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Capacete de segurança com jugular	unidade	1	52,06	52,06
2	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
3	Protetor auricular tipo plug	unidade	1	83,67	83,67
4	Luvas de vaqueta	unidade	2	23,76	47,52
5	Perneiras de couro ou material sintético resistente	PAR	1	105,17	105,17
6	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
7	Chapéu tipo árabe (com proteção de nuca)	unidade	2	43,27	86,54
8	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
9	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					1.192,24
VALOR MENSAL					198,71

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO ELETRICISTA					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chapéu tipo árabe (com proteção de nuca)	unidade	2	43,27	86,54
2	Protetor facial (face shield)	unidade	2	24,89	49,78
3	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
4	Luvas isolantes de borracha	unidade	3	229,68	689,04
5	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
6	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
7	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
VALOR POR EMPREGADO					1.642,64
VALOR MENSAL					273,77

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO MECANICOS					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
2	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
3	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					514,48
VALOR MENSAL					85,75

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO Operador de Máquinas Pesadas					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
2	Protetor auricular tipo plug	unidade	2	83,67	167,34
3	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
4	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50



5	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					984,62
VALOR MENSAL					164,10

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO OPERADOR DE CAMINHÃO – CATEGORIAS D E E					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
2	Protetor auricular tipo plug	unidade	2	83,67	167,34
3	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
4	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
5	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					984,62
VALOR MENSAL					164,10

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO ELETRICISTA AUTOMOTIVO					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
2	Protetor auricular tipo plug	unidade	2	83,67	167,34
3	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
4	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
5	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					984,62
VALOR MENSAL					164,10

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO SOLDADOR					
ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Avental de raspa ou couro grosso	unidade	2	95,72	191,44
2	Capacete de segurança com viseira de solda (máscara de soldagem)	unidade	1	136,89	136,89
3	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	3	15,00	45,00
4	Luvas de vaqueta	unidade	3	23,76	71,28
5	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
6	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
VALOR POR EMPREGADO					929,09
VALOR MENSAL					154,85

UNIFORME/EPIS POR EMPREGADO CARGO PODADOR					
---	--	--	--	--	--



ITEM	UNIFORMES POR EMPREGADO	UNIDADE	QUANTIDADE 6 MESES	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Capacete de segurança com jugular	unidade	2	52,06	104,12
2	Óculos de proteção incolor ou escuro	unidade	2	15,00	30,00
3	Protetor auricular tipo concha	unidade	2	83,67	167,34
4	Luvas de vaqueta	unidade	2	23,76	47,52
5	Colete refletivo (alta visibilidade)	unidade	2	151,40	302,80
6	Chapéu tipo árabe (com proteção de nuca)	unidade	2	43,27	86,54
7	Camisa de manga longa (uniforme operacional)	unidade	2	132,25	264,50
8	Calçado de segurança com biqueira de aço ou PVC reforçado (botina ou coturno)	PAR	2	109,99	219,98
VALOR POR EMPREGADO					1.222,80
VALOR MENSAL					203,80



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025 TERMO ADITIVO	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.743,48
2	Categoria profissional	BRAÇAIS
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.743,48
B	Adicional de Insalubridade 20% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	324,20
Total		2.067,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	172,31
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	250,19
Total		422,50

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	498,04
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	62,25
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	74,71
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	37,35
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	24,90
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	24,81
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	4,98
TOTAL GPS		28,80%	727,04
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	199,21
Total		36,80%	926,26



Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	422,50
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	926,26
Total		1.348,75

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	37,43
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	2,89
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	83,74
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		124,06
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	4,01
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	14,47
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	9,30
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		27,79
TOTAL Provisão para Rescisão		151,85

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	19,64
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	86,22
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	2,07
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	13,03
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,41
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	200,15
Total		321,52

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	321,52
Total		321,52

Módulo 5 - Insumos Diversos



5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 198,71
B	Utensílios	R\$ 94,66
C	Equipamentos	R\$ 171,53
Total		R\$ 464,89

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	261,28
B	Lucro	6,79%	295,68
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	71,85
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	330,96
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	217,73
	TOTAL	27,04%	1.177,51
Total			1.177,51

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.067,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.348,75
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	151,85
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	321,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	464,89
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	4.354,70
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.177,51
Valor Total por Empregado Mensal		5.532,21
10 FUNCIONÁRIOS		55.322,08
VALOR CONTRATO 6 MESES		331.932,50

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.635,40
2	Categoria profissional	ELETRICISTA
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	3.635,40
B	Adicional de periculosidade 30% do Salário base R\$3.635,40	1.090,62
Total		4.726,02

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	393,84
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	571,85
Total		965,68

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.138,34
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	142,29
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	170,75
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	85,38
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	56,92
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	56,71
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	11,38
TOTAL GPS		28,80%	1.661,77
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	455,34
Total		36,80%	2.117,11



Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	965,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	2.117,11
Total		3.082,79

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	85,54
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,62
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	191,40
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		283,56
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	9,17
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	33,08
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	21,27
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		63,52
TOTAL Provisão para Rescisão		347,08

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	44,90
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	197,08
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,73
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	29,77
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,95
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	457,48
Total		734,90

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	734,90
Total		734,90



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 273,77
B	Utensílios	R\$ 212,69
C	Equipamentos	R\$ 1.610,83
Total		R\$ 2.097,30

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	659,28
B	Lucro	6,79%	746,09
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	181,30
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	835,09
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	549,40
	TOTAL	27,04%	2.971,18
Total			2.971,18

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.726,02
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.082,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	347,08
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	734,90
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	2.097,30
Subtotal (A + B +C+ D+E)		10.988,08
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.971,18
Valor Total por Empregado Mensal		13.959,26
1 FUNCIONÁRIO		13.959,26
VALOR CONTRATO 6 MESES		83.755,56

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.694,76
2	Categoria profissional	MECANICO
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	3.694,76
B	Adicional de Insalubridade 40% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	648,40
Total		4.343,16

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	361,93
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	525,52
Total		887,45

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.046,12
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	130,77
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	156,92
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	78,46
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	52,31
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	52,12
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	10,46
TOTAL GPS		28,80%	1.527,15
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	418,45



Total	36,80%	1.945,60
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	887,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.945,60
Total		2.833,05

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	78,61
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,08
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	175,90
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		260,59
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	8,43
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	30,40
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	19,54
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		58,37
TOTAL Provisão para Rescisão		318,96

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13ª salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	41,26
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	181,11
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,34
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	27,36
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,87
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	420,42
Total		675,36

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	675,36
Total		675,36



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 85,75
B	Utensílios	R\$ 169,37
C	Equipamentos	R\$ 93,55
Total		R\$ 348,67

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	511,15
B	Lucro	6,79%	578,45
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	140,57
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	647,46
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	425,96
	TOTAL	27,04%	2.303,59
Total			2.303,59

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.343,16
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.833,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	318,96
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	675,36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	348,67
Subtotal (A + B +C+ D+E)		8.519,21
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.303,59
Valor Total por Empregado Mensal		10.822,80
2 FUNCIONÁRIOS		21.645,60
VALOR CONTRATO 6 MESES		129.873,60

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.065,14
2	Categoria profissional	OPERADOR DE PATROL
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	4.065,14
B	Adicional de Insalubridade 40% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	648,00
Total		4.713,14

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	392,76
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	570,29
Total		963,05

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.135,24
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	141,90
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	170,29
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	85,14
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	56,76
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	56,56
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	11,35
TOTAL GPS		28,80%	1.657,24
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	454,10



Total	36,80%	2.111,34
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	963,05
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	2.111,34
Total		3.074,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	85,31
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,60
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	190,88
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		282,79
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	9,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	32,99
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	21,21
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		63,34
TOTAL Provisão para Rescisão		346,13

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13ª salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	44,77
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	196,54
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,71
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	29,69
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,94
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	456,23
Total		732,89

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	732,89
Total		732,89



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 164,10
B	Utensílios	
C	Equipamentos	R\$ 93,55
Total		R\$ 257,65

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	547,45
B	Lucro	6,79%	619,53
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	150,55
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	693,44
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	456,21
	TOTAL	27,04%	2.467,19
Total			2.467,19

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.713,14
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.074,39
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	346,13
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	732,89
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	257,65
Subtotal (A + B +C+ D+E)		9.124,21
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.467,19
Valor Total por Empregado Mensal		11.591,40
2 FUNCIONÁRIOS		23.182,80
VALOR CONTRATO 6 MESES		139.096,78

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025 TERMO	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.065,14
2	Categoria profissional	OPERADOR DE ESCAVADEIRA
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	4.065,14
B	Adicional de Insalubridade 40% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	648,40
Total		4.713,54

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	392,80
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	570,34
Total		963,13

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.135,33
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	141,92
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	170,30
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	85,15
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	56,77
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	56,56
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	11,35
TOTAL GPS		28,80%	1.657,38
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	454,13



Total	36,80%	2.111,52
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	963,13
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	2.111,52
Total		3.074,65

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	85,32
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,60
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	190,90
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		282,81
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	9,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	32,99
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	21,21
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		63,35
TOTAL Provisão para Rescisão		346,16

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	44,78
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	196,55
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,71
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	29,70
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,94
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	456,27
Total		732,96

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	732,96
Total		732,96



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 164,10
B	Utensílios	
C	Equipamentos	R\$ 93,55
Total		R\$ 257,65

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	547,50
B	Lucro	6,79%	619,59
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	150,56
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	693,50
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	456,25
	TOTAL	27,04%	2.467,39
Total			2.467,39

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.713,54
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.074,65
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	346,16
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	732,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	257,65
Subtotal (A + B +C+ D+E)		9.124,96
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.467,39
Valor Total por Empregado Mensal		11.592,35
2 FUNCIONÁRIOS		23.184,71
VALOR CONTRATO 6 MESES		139.108,26

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.065,14
2	Categoria profissional	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA E RETRO
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	4.065,14
B	Adicional de Insalubridade 40% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	648,40
Total		4.713,54

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	392,80
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	570,34
Total		963,13

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.135,33
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	141,92
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	170,30
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	85,15
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	56,77
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	56,56
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	11,35
TOTAL GPS		28,80%	1.657,38



H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	454,13
Total		36,80%	2.111,52

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	963,13
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	2.111,52
Total		3.074,65

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	85,32
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,60
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	190,90
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		282,81
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	9,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	32,99
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	21,21
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		63,35
TOTAL Provisão para Rescisão		346,16

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	44,78
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	196,55
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,71
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	29,70
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,94
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	456,27
Total		732,96

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	732,96
Total		732,96



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 164,10
B	Utensílios	
C	Equipamentos	R\$ 93,55
Total		R\$ 257,65

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	547,50
B	Lucro	6,79%	619,59
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	150,56
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	693,50
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	456,25
	TOTAL	27,04%	2.467,39
Total			2.467,39

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.713,54
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.074,65
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	346,16
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	732,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	257,65
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	9.124,96
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.467,39
	Valor Total por Empregado Mensal	11.592,35
	3 FUNCIONÁRIOS	34.777,06
	VALOR CONTRATO 6 MESES	208.662,38

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.065,15
2	Categoria profissional	OPERADOR DE CAMINHÃO D e E
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 4.065,15
B	Adicional de Insalubridade 40% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	648,40
Total		4.713,55

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	392,80
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	570,34
Total		963,14

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	1.135,34
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	141,92
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	170,30
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	85,15
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	56,77
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	56,56
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	11,35
TOTAL GPS		28,80%	1.657,39



H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	454,13
Total		36,80%	2.111,52

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	963,14
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	2.111,52
Total		3.074,66

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	85,32
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	6,60
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 90% do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	190,90
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		282,81
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	9,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	32,99
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - 4,5% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	21,21
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		63,35
TOTAL Provisão para Rescisão		346,16

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	44,78
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	196,56
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,71
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	29,70
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,94
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	456,27
Total		732,96

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	732,96
Total		732,96



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 164,10
B	Utensílios	
C	Equipamentos	R\$ 93,55
Total		R\$ 257,65

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	547,50
B	Lucro	6,79%	619,59
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	150,56
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	693,50
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	456,25
	TOTAL	27,04%	2.467,40
Total			2.467,40

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.713,55
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.074,66
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	346,16
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	732,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	257,65
Subtotal (A + B +C+ D+E)		9.124,98
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.467,40
Valor Total por Empregado Mensal		11.592,38
4 FUNCIONÁRIOS		46.369,51
VALOR CONTRATO 6 MESES		278.217,09

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.694,76
2	Categoria profissional	ELETRICISTA AUTOMOTIVO
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	3.694,76
B	Adicional de Insalubridade 20% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	324,20
Total		4.018,96

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	334,91
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	486,29
Total		821,21

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	968,03
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	121,00
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	145,21
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	72,60
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	48,40
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	48,23
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	9,68
TOTAL GPS		28,80%	1.413,15
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	387,21



Total	36,80%	1.800,37
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	821,21
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.800,37
Total		2.621,58

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	72,74
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	5,63
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado) $4,05\%$	162,77
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		241,14
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	7,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	28,13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado) $0,45\%$	18,09
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		54,01
TOTAL Provisão para Rescisão		295,15

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	38,18
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	167,59
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	4,02
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	25,32
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,80
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = $9,68\%$	389,04
Total		624,95

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	624,95
Total		624,95



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 164,10
B	Utensílios	R\$ 3,76
C	Equipamentos	R\$ 108,20
Total		R\$ 276,07

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	470,20
B	Lucro	6,79%	532,11
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	129,31
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	595,59
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	391,84
	TOTAL	27,04%	2.119,04
Total			2.119,04

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.018,96
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.621,58
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	295,15
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	624,95
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	276,07
Subtotal (A + B +C+ D+E)		7.836,70
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.119,04
Valor Total por Empregado Mensal		9.955,75
1 FUNCIONÁRIOS		9.955,75
VALOR CONTRATO 6 MESES		59.734,47

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.606,75
2	Categoria profissional	SOLDADOR
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	2.606,75
B	Adicional de Insalubridade 30% do Salário mínimo do país R\$ 1.621,00 (2026)	673,58
Total		3.280,33

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	273,36
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	396,92
Total		670,28

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	790,12
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	98,77
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	118,52
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	59,26
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	39,51
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	39,36
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	7,90
TOTAL GPS		28,80%	1.153,44
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	316,05



Total	36,80%	1.469,49
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	670,28
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.469,49
Total		2.139,77

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	59,37
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	4,59
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	132,85
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		196,82
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	6,36
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	22,96
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	14,76
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		44,09
TOTAL Provisão para Rescisão		240,91

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13ª salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	31,16
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	136,79
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	3,28
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	20,67
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,66
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	317,54
Total		510,09

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	510,09
Total		510,09



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 154,85
B	Utensílios	
C	Equipamentos	R\$ 201,34
Total		R\$ 356,19

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	391,64
B	Lucro	6,79%	443,20
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	107,70
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	496,07
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	326,36
	TOTAL	27,04%	1.764,98
Total			1.764,98

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.280,33
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.139,77
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	240,91
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	510,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	356,19
Subtotal (A + B +C+ D+E)		6.527,28
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.764,98
Valor Total por Empregado Mensal		8.292,26
1 FUNCIONÁRIOS		8.292,26
VALOR CONTRATO 6 MESES		49.753,57

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº PROCESSO: 585/2026		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	01/03/2026
B	Município / UF	MIRANTE DA SERRA/RO
C	Nº de meses de execução contratual	6
D	SALARIOS BASEADO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025	

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.404,15
2	Categoria profissional	PODADOR
3	Data base da categoria	1/1/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	2.404,15
B	Adicional de periculosidade 30% do Salário base R\$2.404,15	721,24
Total		3.125,39

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 8,33%	260,45
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG) 12,10%	378,17
Total		638,62

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS (Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/1991)	20,00%	752,80
B	Salário Educação (Inciso I do art. 3º do Decreto 87.043/1982)	2,50%	94,10
C	SAT (Art. 22, inciso II, alínea "C" da Lei nº 8.212/91) - comprovar!	3%	112,92
D	SESI ou SESC (art. 30 da Lei 8.036/1990 e art. 1º da Lei 8.154/1990)	1,50%	56,46
E	SENAI ou SENAC (Decreto-Lei 2.318/1986)	1,00%	37,64
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8.029/1990)	0,60%	37,50
G	INCRA (Decreto-Lei 1.146/1970)	0,20%	7,53
TOTAL GPS		28,80%	1.098,96
H	FGTS (Art. 15 da Lei 8.036/1990)	8,00%	301,12



Total	36,80%	1.400,08
-------	--------	----------

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	638,62
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.400,08
Total		2.038,70

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado - API = $(33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%)$	56,57
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado $(8\% \times 1,81\% = 0,14\%)$	4,38
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado) 4,05%	126,58
3.1. CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO		187,52
D	Aviso prévio trabalhado APT $(07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,194\%)$ - NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% (1,94/30x3) apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados	6,06
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado $(36,80\% \times 0,194\% = 0,7\%)$	21,88
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado) 0,45%	14,06
3.2. CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		42,01
TOTAL Provisão para Rescisão		229,53

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13ª salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	29,69
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	130,33
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	3,13
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	19,69
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,63
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1 . = 9,68%	302,54
Total		486,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	486,00
Total		486,00



Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 203,80
B	Utensílios	R\$ 19,34
C	Equipamentos	R\$ 1.636,74
Total		R\$ 1.859,88

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	464,37
B	Lucro	6,79%	525,51
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	1,65%	127,70
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	7,60%	588,20
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	386,97
	TOTAL	27,04%	2.092,76
Total			2.092,76

LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR
LUCRO REAL, COMPROVAR. 21.6 do TR

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.125,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.038,70
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	229,53
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	486,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	1.859,88
Subtotal (A + B +C+ D+E)		7.739,49
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	2.092,76
Valor Total por Empregado Mensal		9.832,25
2 FUNCIONÁRIOS		19.664,50
VALOR CONTRATO 6 MESES		117.987,00

CONTA=DEPÓSITO VINCULADA

IN 05/2017-MPOG. O montante dos depósitos da Conta-Deposito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13o (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.



QUADRO RESUMO DE CUSTO					
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES	VALOR MENSAL POR EMPREGADO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR 6 MESES
1	BRAÇAS	R\$ 5.532,21	10	55.322,08	331.932,50
2	ELETRICISTA	R\$ 13.959,26	1	13.959,26	83.755,56
3	MECANICO	R\$ 10.822,80	2	21.645,60	129.873,60
4	OPERADOR DE MAQUINA PESADA (PATROL)	R\$ 11.591,40	2	23.182,80	139.096,78
5	OPERADOR DE MAQUINA PESADA (ESCAVADEIRA HIDRAULICA)	R\$ 11.592,35	2	23.184,71	139.108,26
6	OPERADOR DE MAQUINA PESADA (PA CARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA)	R\$ 11.592,35	3	34.777,06	208.662,38
7	OPERADOR DE CAMINHÃO D e E	R\$ 11.592,38	4	46.369,51	278.217,09
8	ELETRICISTA (AUTOMOTIVO)	R\$ 9.955,75	1	9.955,75	59.734,47
9	SOLDADOR	R\$ 8.292,26	1	8.292,26	49.753,57
10	PODADOR	9.832,25	2	19.664,50	117.987,00
TOTAL 6 MESES				1.538.121,21	R\$ 256.353,54





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	585	27/04/2026

ID: 386911	Processo	Documento
CRC: 27A21E85		
Processo: 1-585/2026		
Usuário: RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO		
Criação: 27/04/2026 09:20:29	Finalização: 27/04/2026 09:32:17	

MD5: 622BFA9E1714A8CA50257A082A2A305A
SHA256: 38C27D02A9185454A6D695E0AC0F59465B602B0A16EBE9663548A6786B59764E

Súmula/Objeto:

Termo de Referência

INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	27/04/2026 09:20:29
--------------------------------	------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27/04/2026 09:20:29
-----------------------	---------------------


CIENTES

VALTER MARCELINO DA ROCHA	27/04/2026 11:33:45
---------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO	SUBCOORDENADOR DE INFRAESTRUTURA URBANA	27/04/2026 09:32:22
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 DAVI RIBEIRO DIAS	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	27/04/2026 09:36:15
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE	PREFEITO	27/04/2026 12:26:17
--	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 386911 e o CRC 27A21E85.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 10/2026

Número do Processo: 585/2026

Unidade Administrativa de Origem: *Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP*

Responsável pela Unidade Administrativa: Davi Ribeiro Dias – Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Responsáveis pela elaboração do ETP: Ricardo Augusto Portela Lucindo.

1 - INTRODUÇÃO

O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** tem como objetivo demonstrar a necessidade e a viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra operacional, destinados à execução de atividades essenciais no âmbito da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, do Município de **Mirante da Serra – RO**.

A contratação abrange profissionais nas seguintes funções: serviços gerais braçais, eletricitista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador.

Esses serviços incluem limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos e suporte técnico operacional, atividades essas que são contínuas e indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços públicos municipais.

A SEMOSP não dispõe atualmente de pessoal suficiente em seu quadro efetivo para realizar essas atividades com regularidade e eficiência, motivo pelo qual a terceirização por meio de empresa especializada se apresenta como a solução mais adequada, garantindo a continuidade, qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE(Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)*.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP necessita garantir a prestação contínua e eficiente de serviços essenciais relacionados à limpeza urbana, manutenção de vias, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos e suporte técnico operacional.

Devido à insuficiência de pessoal próprio para atender a todas essas demandas, é imprescindível a contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra terceirizada nas funções de serviços gerais braçais, eletricitista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador.

A terceirização desses serviços visa assegurar a continuidade das atividades, mantendo a qualidade, agilidade e eficiência necessárias para o atendimento das necessidades da população e para o bom funcionamento da infraestrutura urbana do Município de Mirante da Serra.

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL(inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

A contratação **não** está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Secretaria, mas será incluída no próximo exercício, conforme disposto no art. 12, VII, da Lei n. 14.133/2021.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO(Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Para a execução dos serviços objeto desta contratação, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Disponibilizar profissionais capacitados e devidamente treinados para as funções de serviços gerais, braçais, eletricista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador;
- Fornecer todos os materiais, ferramentas veículo e equipamentos necessários para a execução diária dos serviços, garantindo o pleno funcionamento das atividades. Ressalta-se que as máquinas e veículos utilizados pertencem à Prefeitura e serão disponibilizados para uso da contratada;
- Garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, incluindo o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e capacitação contínua dos trabalhadores;
- Apresentar e manter atualizada toda a documentação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, comprovando a situação regular da empresa e de seus empregados;
- Emitir mensalmente relatórios detalhados de execução dos serviços, contendo informações sobre as atividades realizadas, quantidade de profissionais alocados, horários, locais atendidos e eventuais ocorrências;
- Enviar mensalmente comprovantes de pagamento do INSS, FGTS e outros encargos trabalhistas referentes aos trabalhadores alocados no contrato, bem como os respectivos holerites;
- Disponibilizar supervisão técnica e administrativa qualificada durante toda a vigência do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais;
- Assegurar a substituição imediata de profissionais em casos de ausência, afastamento ou desligamento, para garantir a continuidade dos serviços;
- Cumprir todas as normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à prestação dos serviços, incluindo normas ambientais e de segurança;
- Manter canal de comunicação aberto com a administração pública para o atendimento rápido a demandas, reclamações ou ajustes operacionais.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES(inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020)*.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

A estimativa das quantidades de profissionais necessários para a execução dos serviços foi definida com base na análise das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, considerando a extensão territorial do município, a necessidade contínua de manutenção urbana, conservação de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras e manutenção da frota municipal.

Foram considerados ainda os seguintes critérios técnicos: frequência dos serviços, volume médio de atividades executadas mensalmente, número de frentes de trabalho simultâneas, complexidade das atividades e necessidade de atendimento contínuo.

Dessa forma, estima-se a seguinte quantidade de profissionais para atendimento da demanda:

QUANTITATIVO DE MÃO DE OBRA	
Serviços gerais braçais	10
Eletricista	1
Mecânico	2
Operador de máquinas pesadas (PATROL)	2
Operador de máquinas pesadas (ESCAVADEIRA HIDRAULICA)	2
Operador de máquinas pesadas (PA CARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA)	3
Operador de Caminhão D e E	4
Soldador	1
Podador	2
Eletricista (automotivo)	1

A definição das quantidades acima visa garantir a adequada cobertura das frentes de serviço, assegurando a continuidade, eficiência e qualidade na execução das atividades essenciais desenvolvidas pela SEMOSP.

Destaca-se que os quantitativos poderão ser ajustados durante a execução contratual, conforme a necessidade da Administração, respeitados os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO(Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021), (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020).

Foram realizadas análises de mercado com o objetivo de identificar empresas especializadas aptas à execução dos serviços objeto desta contratação, consistentes na disponibilização de mão de obra operacional para atividades de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras e suporte à frota municipal.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

A pesquisa demonstrou que existem diversas empresas no mercado regional e nacional com capacidade técnica e operacional para atender às demandas da Administração, atuando na prestação de serviços terceirizados com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

Verificou-se ainda que a contratação desse tipo de serviço é prática comum na Administração Pública, sendo amplamente utilizada por diversos municípios, o que reforça a viabilidade da solução adotada.

As possíveis soluções identificadas foram:

- a) **Execução direta pela Administração Pública:** alternativa inviável no momento, em razão da insuficiência de servidores no quadro efetivo, bem como das limitações legais e orçamentárias para realização de concurso público e provimento imediato dos cargos necessários;
- b) **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra:** solução mais adequada, considerando a possibilidade de alocação imediata de profissionais qualificados, flexibilidade na gestão da mão de obra e garantia da continuidade dos serviços essenciais;
- c) **Contratação por meio de múltiplos contratos (por função):** alternativa considerada menos vantajosa, tendo em vista o aumento da complexidade na gestão contratual, riscos de descontinuidade dos serviços e maior custo administrativo.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de uma única empresa especializada para prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se a solução mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público, garantindo a padronização dos serviços, melhor controle da execução contratual e otimização dos recursos disponíveis.

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO(inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020)*.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na análise dos custos necessários para a execução dos serviços, considerando a composição de mão de obra por função, encargos trabalhistas, insalubridade/periculosidade, benefícios legais, bem como os custos operacionais indiretos envolvidos na prestação dos serviços.

Para a formação do preço estimado, foram utilizados como parâmetros:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

- Planilha de composição de custos elaborada pela Administração, com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente no Estado de Rondônia;
- Encargos sociais e trabalhistas obrigatórios (INSS, FGTS, férias, 13º salário, adicionais legais, entre outros);
- Custos com equipamentos, ferramentas e veículos necessários à execução dos serviços;
- Depreciação dos equipamentos utilizados;
- Pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, quando aplicável.

A metodologia adotada para definição do valor estimado foi a **média dos valores obtidos**, considerando a compatibilidade com os preços praticados no mercado para serviços similares.

O valor estimado da contratação encontra-se detalhado em planilha orçamentária anexa ao Termo de Referência, a qual contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

Ressalta-se que o valor estimado tem caráter referencial, podendo sofrer variações conforme as propostas apresentadas no certame licitatório, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço global, conforme previsto no edital.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra operacional**, visando atender, de forma contínua, eficiente e legal, às necessidades da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP**, do Município de **Mirante da Serra – RO**.

A empresa contratada será responsável por disponibilizar profissionais devidamente capacitados nas seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, borracheiro, soldador e podador.

A execução dos serviços deverá ocorrer com autonomia operacional da contratada, cabendo a ela o fornecimento de **ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como os veículos e máquinas necessárias à execução das atividades** contratadas.

A gestão contratual exigirá que a empresa:

- Mantenha supervisão técnica constante;
- Apresente **relatórios mensais de execução dos serviços**;
- Envie **comprovações de pagamento de encargos trabalhistas (INSS, FGTS)**;
- Encaminhe **holerites dos colaboradores alocados**;
- Garanta a **substituição imediata de pessoal**, quando necessário.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

Dessa forma, a contratação assegurará a execução regular de serviços públicos essenciais com qualidade, economicidade e legalidade, otimizando os recursos humanos e logísticos disponíveis para a gestão municipal.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020)*.

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto**.

Os serviços previstos neste processo compreendem atividades contínuas, operacionais e interdependentes, tais como limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos e suporte técnico à frota municipal, os quais demandam planejamento integrado, coordenação operacional unificada e gestão centralizada de equipes.

Ressalta-se que a presente contratação será executada sob o regime de **prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra**, sendo a remuneração da contratada realizada de forma **mensal**, com base na efetiva disponibilização da mão de obra e execução dos serviços contratados.

Dessa forma, embora o pagamento seja realizado mensalmente, o objeto contratual é único e indivisível do ponto de vista técnico e operacional, não sendo possível sua fragmentação sem prejuízo à eficiência da execução.

O eventual parcelamento da contratação em múltiplos contratos, segmentados por função ou tipo de serviço, poderia acarretar:

- Aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual;
- Risco de descontinuidade na execução dos serviços essenciais;
- Dificuldades na coordenação das equipes e das frentes de trabalho;
- Possíveis conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas;
- Elevação dos custos administrativos para a Administração Pública;
- Comprometimento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

Adicionalmente, a contratação de uma única empresa especializada possibilita maior padronização dos serviços, melhor controle da execução contratual, maior agilidade na substituição de profissionais e otimização dos recursos públicos.

Dessa forma, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, a contratação em lote único mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS(Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Com a contratação da empresa especializada, a Administração Municipal pretende alcançar os seguintes resultados:

- **Manutenção contínua e eficiente** dos serviços de limpeza urbana, conservação de prédios públicos, manutenção de vias, iluminação pública e apoio a obras;
- **Redução de custos e riscos administrativos**, mediante a terceirização da mão de obra operacional, evitando a ampliação do quadro efetivo;
- **Melhoria na qualidade dos serviços prestados**, por meio da contratação de profissionais qualificados e devidamente equipados para as funções atribuídas;
- **Aumento da capacidade de resposta da SEMOSP**, permitindo atender com mais agilidade as demandas urbanas da população;
- **Maior controle da execução contratual**, por meio da exigência de relatórios mensais de atividades e comprovações de regularidade trabalhista (INSS, FGTS, holerites);
- **Padronização da prestação dos serviços**, garantindo uniformidade nas equipes, nos procedimentos e na execução técnica das tarefas operacionais;
- **Eficiência operacional**, ao centralizar a responsabilidade dos serviços em uma única contratada, assegurando coordenação técnica e redução de falhas ou sobreposição de atividades.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO(inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Não há providências prévias necessárias ao contrato. As exigências de fornecimento serão pactuadas conforme as cláusulas estabelecidas no processo licitatório.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES(Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Mirante da Serra RO; Não há contratações correlatas a esta Licitação.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS(Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

A execução dos serviços objeto desta contratação poderá gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados às atividades de limpeza urbana, roçagem, capinação, poda de árvores, manutenção de vias públicas e operação de máquinas e equipamentos.

Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos provenientes da varrição, capinação, poda e limpeza de áreas públicas;
- Emissão de ruídos decorrentes da utilização de máquinas e equipamentos motorizados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

- Possível contaminação do solo e da água por descarte inadequado de resíduos ou materiais;
- Emissão de gases poluentes oriundos de veículos e máquinas utilizadas na execução dos serviços;
- Supressão ou manejo inadequado da vegetação urbana, caso não sejam observadas as normas técnicas e ambientais.

Diante disso, a empresa contratada deverá adotar medidas mitigadoras, visando minimizar os impactos ambientais, tais como:

- Realizar a coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos, conforme as normas ambientais vigentes e orientações do Município;
- Executar serviços de poda e manejo da vegetação de forma técnica, respeitando as legislações ambientais e evitando danos às espécies protegidas;
- Promover o uso adequado e racional de equipamentos e máquinas, reduzindo a emissão de ruídos e poluentes;
- Garantir que não haja descarte irregular de resíduos, óleos, combustíveis ou quaisquer materiais contaminantes no meio ambiente;
- Orientar e capacitar os trabalhadores quanto às boas práticas ambientais e de sustentabilidade;
- Adotar medidas de prevenção a acidentes ambientais durante a execução dos serviços.

A contratação deverá contribuir para a melhoria das condições ambientais urbanas, promovendo a limpeza, conservação e organização dos espaços públicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente e os princípios do desenvolvimento sustentável.

14. ANALISE DE RISCO(Inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021):

Segue em anexo a esse documento.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO(Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

Com base no Estudo Técnico Preliminar, esta Secretaria declara **viável a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra operacional**, considerando que a solução atende às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, garantindo continuidade, eficiência e qualidade na execução dos serviços públicos.”.

Mirante da Serra - RO, 13 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)
Ricardo Augusto Portela Lucindo
Chefe de Seção de Obras





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

(Matr. 2954)

DAVI RIBEIRO DIAS
Sec. Mun.de Obras e Serviços
(assinado eletronicamente)
Autoridade da Área Requisitante.





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP	10	13/04/2026

ID: 381334	Processo	Documento
CRC: 8E173A05		
Processo: 1-585/2026		
Usuário: RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO		
Criação: 13/04/2026 10:45:45	Finalização: 13/04/2026 10:46:27	

MD5: 6AD7492DAFB040E12BF599F2F68B9C2D
SHA256: B6C87F717364BA2BA6C10327BBC039F676E294DC00A2AEB63C8AFD071808ECD0

Súmula/Objeto:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP


INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	13/04/2026 10:45:45
--------------------------------	------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13/04/2026 10:45:45
-----------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO	SUBCOORDENADOR DE INFRAESTRUTURA URBANA	13/04/2026 10:46:32
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 DAVI RIBEIRO DIAS	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	13/04/2026 11:14:45
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 381334 e o CRC 8E173A05.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
1	Falta de mão de obra qualificada	Rara	Pouco relevante	Médio	Exigir qualificação mínima e experiência comprovada	Exigir qualificação mínima e experiência comprovada
2	Falta de equipamentos e ferramentas	Rara	Relevante	Alto	Conferência prévia e fiscalização dos equipamentos	Aquisição emergencial ou substituição pela contratada
3	Falta de EPIs (mesmo você não colocando na lista, isso entra no risco)	Rara	Relevante	Alto	Fiscalização do uso e fornecimento obrigatório	Suspensão das atividades até regularização
4	Impugnação do edital	Eventual	Muito relevante	Alto	Revisão jurídica e técnica do edital	Revisão jurídica e técnica do edital
5	Interrupção dos serviços	Rara	Relevante	Médio	Monitoramento contínuo da execução	Contratação emergencial ou execução direta





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0%
Baixo	0	0%
Médio	2	40%
Alto	3	60%
Extremo	0	0%
TOTAL	5	100%



Mirante da Serra - RO, 13 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)
Ricardo Augusto Portela Lucindo
Chefe de Seção de Obras
(Matr. 2954)

DAVI RIBEIRO DIAS
Sec. Mun.de Obras e Serviços
(assinado eletronicamente)
Autoridade da Área Requisitante.







Município de Mirante da Serra

63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
Relatório	gestão de risco	13/04/2026	
ID: 381337		Processo	Documento
CRC: B42BF8F1			
Processo: 1-585/2026			
Usuário: RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO			
Criação: 13/04/2026 10:46:34	Finalização: 13/04/2026 10:47:39		
MD5: 59BF32E6834788057A65E9314E1F8130			
SHA256: 2666AACF97BE3D661BE52BE10026D530BD0A9E5BE3262406D9DD8F0915F03D25			
Súmula/Objeto:			
gestão de risco			



INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	13/04/2026 10:46:34
--------------------------------	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13/04/2026 10:46:34
-----------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO	SUBCOORDENADOR DE INFRAESTRUTURA URBANA	13/04/2026 10:47:46
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.			
	DAVI RIBEIRO DIAS	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	13/04/2026 11:14:46
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 381337 e o CRC B42BF8F1.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP
MINUTA DE CONTRATO N°/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
MIRANTE DA SERRA, E A EMPRESA
.....PARA OS FINS QUE SE
ESPECIFICA.

Aos dias do mês de.....do ano de dois mil e vinte e.....,o **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 63.787.071/0001-04, estabelecido na rua D. Pedro I, 2389, na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo **PREFEITO**, senhor: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, doravante denominado **CONTRATANTE**, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE, neste ato representada pelo Secretário (a), e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º....., sediado na Avenida....., n.º....., em/...., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado por....., brasileiro, empresário, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta nos Processos n.ºe em observância às disposições da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente **PREGÃO ELETRÔNICA N.º...../.....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra operacional, compreendendo as seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador, para execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos municipais e suporte técnico operacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, do Município de Mirante da Serra – RO.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra operacional, compreendendo as seguintes funções: serviços gerais, braçais, eletricista (infraestrutura pública e automotivo), mecânico, operador de máquinas pesadas, operador de caminhões categorias D e E, soldador e podador, para execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas,	meses	6	*****	*****





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

iluminação pública, apoio a obras, conservação de prédios públicos municipais e suporte técnico operacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP , do Município de Mirante da Serra – RO .				
--	--	--	--	--

- 1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
- 1.1.2. O termo de referencia e seus anexos,
- 1.1.3. O Edital do Pregão nº ____/2026 e seus anexos;
- 1.1.4. A proposta apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório;
- 1.1.5. Demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 585/2026, que passam a integrar o presente contrato para todos os fins de direito.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e vantagem devidamente comprovada.

2.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, à regularidade na execução dos serviços e à comprovação de que os preços permanecem vantajosos para a Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente as disposições constantes no Termo de Referência, seus anexos e demais documentos que integram o presente contrato.

3.2. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, devendo a CONTRATADA garantir qualidade, regularidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe devidamente dimensionada, capacitada e equipada, de acordo com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, assegurando a plena execução das atividades contratadas.

3.4. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores designados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aos quais competirá acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos serviços.

3.5. A CONTRATADA deverá manter preposto formalmente designado durante toda a execução do contrato, com poderes para representar a empresa e responder às demandas da fiscalização.

3.6. A execução dos serviços será acompanhada por meio de relatórios periódicos, medições, inspeções in loco e demais mecanismos de controle definidos pela CONTRATANTE.

3.7. A CONTRATADA deverá atender prontamente às determinações da fiscalização, corrigindo eventuais falhas ou irregularidades identificadas, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

4. CLÁUSULA QUARTA-DA SUB CONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será permitida a subcontratação total do objeto deste contrato.
- 4.2. A subcontratação parcial somente será admitida em situações excepcionais, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, desde que não comprometa a qualidade, a execução dos serviços e a responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.3. A eventual subcontratação não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela execução do contrato, permanecendo responsável por todos os atos, obrigações e encargos decorrentes da execução contratual.
- 4.4. É vedada a subcontratação das atividades principais do objeto contratado, especialmente aquelas relacionadas à execução direta dos serviços de mão de obra operacional.
- 4.5. A CONTRATADA deverá garantir que eventuais subcontratadas atendam às mesmas exigências de habilitação e regularidade previstas neste contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA-DO PREÇO

- 5.1. O valor total do contrato é de R\$*****(*).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a efetiva execução dos serviços no período correspondente.
- 6.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:
- Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
 - Certidão de regularidade junto à Fazenda Estadual;
 - Certidão de regularidade junto à Fazenda Municipal;
 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, documentação comprobatória referente aos empregados vinculados à execução do contrato, incluindo:
- Folha de pagamento dos funcionários;
 - Comprovantes de pagamento de salários;
 - Holerites individuais;
 - Comprovantes de recolhimento do FGTS;
 - Comprovantes de recolhimento do INSS;
 - Guia GFIP/SEFIP ou equivalente;
 - Folha de ponto ou registro de frequência dos funcionários;

- 6.4. O pagamento ficará condicionado à apresentação de toda a documentação exigida, podendo a Administração:
- Reter o pagamento em caso de irregularidade;
 - Realizar glosas proporcionais em caso de execução parcial dos serviços;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

6.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou na documentação apresentada, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.6. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do atesto da Nota Fiscal.

6.7. A CONTRATANTE poderá realizar retenções legais e tributárias previstas na legislação vigente.

6.8. O pagamento não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA-DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da proposta ou do orçamento estimado, com base na variação do índice **IPCA/IBGE**, ou outro que venha a substituí-lo.

7.2. Será admitida a **repactuação dos preços** do contrato, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos de alteração dos custos decorrentes de:

- Convenção Coletiva de Trabalho;
- Acordo Coletivo;
- Dissídio coletivo da categoria;

7.3. A repactuação deverá ser solicitada pela CONTRATADA, devidamente instruída com a demonstração analítica da variação dos custos, acompanhada dos documentos comprobatórios.

7.4. A repactuação somente será concedida após análise e aprovação da Administração, não sendo automática.

7.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão aplicados a partir da data do fato gerador, desde que solicitado dentro do prazo legal.

7.2. Será admitida a **repactuação dos preços** do contrato, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos de alteração dos custos decorrentes de:

- Convenção Coletiva de Trabalho;
- Acordo Coletivo;
- Dissídio coletivo da categoria;

7.3. A repactuação deverá ser solicitada pela CONTRATADA, devidamente instruída com a demonstração analítica da variação dos custos, acompanhada dos documentos comprobatórios.

7.4. A repactuação somente será concedida após análise e aprovação da Administração, não sendo automática.

7.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão aplicados a partir da data do fato gerador, desde que solicitado dentro do prazo legal.

8. CLÁUSULA OITAVA-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor(es) designado(s), verificando o cumprimento das obrigações contratuais;





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

8.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme as condições estabelecidas neste contrato;

8.1.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual;

8.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução dos serviços;

8.1.8. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às áreas necessárias para a execução dos serviços, quando devidamente identificados;

8.1.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato;

8.1.10. Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

8.1.11. Zelar pelo cumprimento das normas de segurança e demais condições estabelecidas para a execução dos serviços;

9. CLÁUSULA NONA-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços de forma contínua, eficiente e em conformidade com as condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;

9.1.2. Disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, o quantitativo mínimo de profissionais exigidos, devidamente qualificados e aptos ao desempenho das funções;

9.1.3. Substituir imediatamente qualquer profissional ausente, inapto, com desempenho insatisfatório ou que não atenda às exigências da Administração;

9.1.4. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;

9.1.5. Fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, conforme normas de segurança do trabalho;

9.1.6. Cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados, não transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade;

9.1.7. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- Folha de pagamento dos funcionários;
- Comprovantes de pagamento de salários;
- Holerites individuais;
- Comprovantes de recolhimento do FGTS;
- Comprovantes de recolhimento do INSS;
- Guia GFIP/SEFIP ou equivalente;
- Folha de ponto ou registro de frequência;

9.1.8. Manter preposto formalmente designado durante toda a execução do contrato;

9.1.9. Atender prontamente às determinações da fiscalização do contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

- 9.1.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- 9.1.11. Não interromper a execução dos serviços, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- 9.1.12. Garantir a continuidade dos serviços, inclusive em situações de substituição de pessoal;
- 9.1.13. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros;
- 9.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.15. Cumprir as normas de segurança do trabalho, ambientais e demais legislações aplicáveis;
- 9.1.16. A inadimplência da CONTRATADA quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais poderá ensejar a retenção de pagamentos e/ou adoção de medidas administrativas cabíveis, inclusive pagamento direto aos trabalhadores, conforme legislação vigente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA-DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária;

10.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.4. A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo:

- Execução adequada dos serviços;
- Pagamento de multas;
- Cobertura de prejuízos causados à Administração;
- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

10.5. A garantia poderá ser utilizada pela CONTRATANTE para compensar prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual da CONTRATADA.

10.6. A garantia deverá ser mantida válida durante toda a vigência do contrato, devendo ser renovada ou complementada em caso de prorrogação ou alteração contratual.

10.7. A garantia será liberada ou restituída após o encerramento do contrato e a comprovação do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas.

10.8. A liberação da garantia ficará condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, da quitação de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas aos empregados vinculados ao contrato.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

11.3. A não disponibilização do quantitativo mínimo de profissionais exigidos ou a execução parcial dos serviços ensejará a aplicação de **glosa proporcional no valor mensal do contrato**, correspondente à mão de obra não disponibilizada.

11.3.1. A ausência de funcionário sem reposição imediata será considerada falha na execução, sujeitando a CONTRATADA ao desconto proporcional do período não trabalhado.

11.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela CONTRATADA, especialmente:

- Não pagamento de salários;
- Atraso no pagamento de salários;
- Não recolhimento ou atraso de FGTS;
- Não recolhimento ou atraso de INSS;

ensejará a adoção das seguintes medidas pela CONTRATANTE:

- Retenção total ou parcial dos pagamentos devidos;
- Aplicação das penalidades cabíveis;
- Possibilidade de pagamento direto aos trabalhadores ou aos órgãos competentes, quando necessário, conforme legislação vigente;

11.5. Outras infrações

Constituem também infrações contratuais:

- Descumprimento das determinações da fiscalização;
- Falta de uso ou fornecimento de EPIs;
- Execução inadequada dos serviços;
- Paralisação ou abandono dos serviços;
- Reincidência de falhas na execução;

11.6. Procedimento

11.6. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

11.7. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

11.8. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrados judicialmente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

- I – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos em lei;
- II – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

III – por decisão judicial;
IV – por descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA;

12.2. Motivos para extinção por culpa da contratada

Constituem motivos para extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades:

- Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- Não manutenção do quantitativo mínimo de profissionais;
- Paralisação ou abandono dos serviços;
- Reiteradas falhas na execução dos serviços;
- Descumprimento das determinações da fiscalização;
- Não pagamento de salários aos funcionários;
- Não recolhimento de encargos trabalhistas, como FGTS e INSS;
- Perda das condições de habilitação;

12.3. A extinção do contrato por culpa da CONTRATADA poderá ensejar:

- Aplicação das penalidades cabíveis;
- Execução da garantia contratual;
- Retenção de valores devidos;
- Responsabilização por eventuais prejuízos causados à Administração;

12.4. Em caso de extinção contratual, a CONTRATADA deverá garantir a continuidade dos serviços pelo prazo necessário à transição contratual, a critério da Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.5. A extinção do contrato não afasta o direito da Administração de exigir indenização por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada ou da inexecução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da previsão do orçamento do Município e das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual, na dotação abaixo discriminada: Secretaria Municipal de.....–Projeto Atividade–.....- Elemento de Despesa:.....–.....–Material Destinado a.....–Ficha....., Pedido de Empenho nº - ____/2025 de...dede 2025.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA–DAS ALTERAÇÕES

15.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

15.2. A CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente o contrato nos seguintes casos:

- I – Quando houver necessidade de modificação do objeto para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II – Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas do objeto;

15.3. O contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes nos seguintes casos:

- Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;
- Alteração da forma de pagamento;
- Modificação do regime de execução;
- Outras situações previstas em lei;

15.5. Toda alteração contratual deverá ser formalizada por meio de **termo aditivo**, devidamente justificado e aprovado pela autoridade competente.

15.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro dos limites legais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art.94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art.91, *caput*, da Lei nº. 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA–OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes LGPD.

17.6 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP

17.7 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.8 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.8.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

18. CLAUSULA DÉCIMA OITAVA-DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização do contrato será exercida pelo (a) servidor (a), cadastro nº responsável pelo recebimento e medição de obras e bens, desta Prefeitura Municipal de Mirante da Serra-RO, que atestará a veracidade das informações contidas nas planilhas de medição como condição para realização do pagamento.

19. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

19.1. A CONTRATADA garante a qualidade, eficiência, continuidade e regularidade dos serviços executados, obrigando-se a corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE.

19.2. Os serviços executados em desacordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência ou das determinações da fiscalização deverão ser corrigidos no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

19.3. A CONTRATADA será responsável pela perfeita execução dos serviços durante toda a vigência do contrato, respondendo por eventuais falhas, prejuízos ou danos causados à Administração ou a terceiros.

19.4. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas, devendo a CONTRATADA realizar as correções necessárias.

19.5. O não atendimento às determinações da fiscalização quanto à correção dos serviços poderá ensejar:

- Aplicação de penalidades contratuais;
- Glosa proporcional dos valores;
- Retenção de pagamentos;
- Rescisão contratual, nos casos mais graves;

20. CLAUSULA DÉCIMA NONA-DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art.92,§1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, pelo SECRETÁRIO INTERVENIENTE, pela CONTRATADA e por duas testemunhas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP
Elaborada por: Ricardo Augusto Portela Lucindo

Mat.2961

(assinatura eletrônica)

Mirante da Serra – RO, em ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA

CONTRATANTE

SECRETÁRIO INTERVENIENTE





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	.	13/04/2026

ID:	381383	Processo	Documento
CRC:	3D4A643D		
Processo:	1-585/2026		
Usuário:	RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO		
Criação:	13/04/2026 11:08:23	Finalização:	13/04/2026 11:08:52

MD5: **70971257B1381C4775BB25C1ED735481**

SHA256: **B9F277079CE63F2E23957C0A6FD186405F866A1DA15246DE7889AAF77F861789**

Súmula/Objeto:

Minuta de Contrato

INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	13/04/2026 11:08:23
--------------------------------	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13/04/2026 11:08:23
-----------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 381383 e o CRC 3D4A643D.

Imprimir

Salvar

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: R0000003/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/01/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001645/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 10262.200034/2025-31
DATA DO PROTOCOLO: 16/01/2025

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10262.200365/2024-91
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 14/06/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA E LOCACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 63.762.496/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RODOLFO JOSE FERNANDES CLAROS e por seu Tesoureiro, Sr(a). CLAUDEMIR DE MORAES VIANA;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZACAO EM GERAL E PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 34.481.556/0001-69, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). ATHENIS MAIA DE LUCENA e por seu Presidente, Sr(a). ANA MARIA LIMA ARAGAO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em Geral e Prestação de Serviços**, com abrangência territorial em Alta Floresta D'Oeste/RO, Alto Alegre dos Parecis/RO, Alto Paraíso/RO, Alvorada D'Oeste/RO, Ariquemes/RO, Buritis/RO, Cabixi/RO, Cacauporã/RO, Cacoal/RO, Campo Novo de Rondônia/RO, Candeias do Jamari/RO, Castanheiras/RO, Cerejeiras/RO, Chupinguaia/RO, Colorado do Oeste/RO, Corumbiara/RO, Costa Marques/RO, Cujubim/RO, Espigão D'Oeste/RO, Governador Jorge Teixeira/RO, Guajará-Mirim/RO, Itapuã do Oeste/RO, Jaru/RO, Ji-Paraná/RO, Machadinho D'Oeste/RO, Ministro Andreazza/RO, Mirante da Serra/RO, Monte Negro/RO, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, Nova Mamoré/RO, Nova União/RO, Novo Horizonte do Oeste/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Parecis/RO, Pimenta Bueno/RO, Pimenteiras do Oeste/RO, Porto Velho/RO, Presidente Médici/RO, Primavera de Rondônia/RO, Rio Crespo/RO, Rolim de Moura/RO, Santa Luzia D'Oeste/RO, São Felipe D'Oeste/RO, São Francisco do Guaporé/RO, São Miguel do Guaporé/RO, Seringueiras/RO, Teixeiraópolis/RO, Theobroma/RO, Urupá/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO e Vilhena/RO.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SALÁRIO BASE DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS / REAJUSTES E CORREÇÕES SALA

ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PREDIAL



	SALÁRIO
Auxiliar de Limpeza / Servente de Limpeza	1.743,48
Encarregado / Supervisor	3.108,57
Limpador de Fachada	1.940,85
ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA	SALÁRIO
Agente de Coleta de Lixo Urbano/Varredor de rua/Gari/Margarida	1.872,31
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	SALÁRIO
Borracheiro de Autos	2.646,02
Controlador de Custos de Manutenção de Autos	3.005,15
Eletricista de Autos	3.694,76
Encarregado de Manutenção de Autos	6.838,88
Mecânico de Autos	3.694,76
Pintor de Autos	3.694,76
Soldador de Autos	3.694,76
ATIVIDADES NA ÁREA DA SAÚDE	SALÁRIO
Agente de Coleta de Resíduo Hospitalar	1.974,30
Agente de Saúde	2.240,62
Agente de Epidemiologia	2.269,42
Microscopista	2.269,42
Maqueiro	2.370,94
Técnico em Enfermagem (Lei nº 14.434/2022 e alterações)	3.325,00
ATIVIDADES DE APOIO EDUCACIONAL	SALÁRIO
Zelador	1.743,48
Monitor de Transporte Escolar	1.938,92
Cuidador Educacional	2.778,72
Secretário Escolar (tecnólogo)	2.717,44
Merendeiro	1.836,77
ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO:	SALÁRIO
Agente de Pesquisa / Auxiliar de Pesquisador	3.649,80
Almoxarife /Conferente	2.914,21
Assistente Administrativo	4.985,03
Atendente Comercial	2.605,80
Atendente de Telemarketing	2.230,77
Auxiliar Administrativo/Compras/Financeiro/RH	4.012,39
Auxiliar de Escritório	2.113,28
Desenhista Industrial Gráfico (Design Gráfico)	3.467,52
Mensageiro/Office Boy/Contínuo	2.141,78
Motoboy	2.240,67
Operador de Caixa	4.024,51
Operador de Máquina Copiadora	2.133,77
Projetista	5.836,20
Recenseador de Dados	3.949,91
Recepcionista	2.492,52
Secretária/Técnico Secretariado	2.717,44
Secretária Executiva	4.012,39
Telefonista	2.133,77
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL:	SALÁRIO
Ascensorista	2.158,12
Auxiliar de Pátio	1.878,55
Auxiliar de Campo	3.491,15
Auxiliar de Serviços Gerais	2.134,92



Agente de Portaria	2.256,22
Carregador / Descarregador	2.370,94
Jardineiro	2.404,15
Leiturista / Entregador	2.389,17
Movimentador de Mercadoria - Chapa	1.743,47
Operador de Caldeira Industrial	6.444,93
Operador de Caldeira (resíduo hospitalar/lavanderia hospitalar)	3.222,47
Operador de Motosserra	3.648,26
Operário Rural	1.963,87
Operador de Guindaste Fixo / Móvel Ponte Rolante	5.163,26
Piscineiro	2.322,37
Tratador de Animais	2.322,37
ATIVIDADES DE APOIO À INFORMÁTICA:	SALÁRIO
Analista de sistemas	6.863,36
Supervisor de Informática	6.863,36
Digitador/Alimentador de dados	2.983,44
Técnico de Apoio ao usuário de informática/Suporte de Informática	3.825,17
Técnico de Suporte de informática III	5.095,71
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	5.095,71
Administrador de Redes /Gerente de Suporte	5.095,71
Administrador de Redes I	5.683,11
Administrador de Rede II	6.863,36
ATIVIDADES DE APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL	SALÁRIO
Auxiliar de Refrigeração/ Auxiliar de Mecânico	4.065,45
Carpinteiro	3.952,21
Eletricista de Alta e Baixa Tensão	3.635,40
Encanador	3.506,63
Oficial de Manutenção Predial/Artífice de Manutenção	3.506,63
Pedreiro	3.952,21
Pintor Industrial	6.137,10
Pintor Comercial	2.134,92
Serralheiro	3.952,21
Soldador Industrial	4.861,41
Soldador Comercial	2.606,75
Mecânico Industrial	6.137,10
Montador de Andaimos	3.506,63
ATIVIDADES DE APOIO AO SETOR DE TRANSPORTE:	SALÁRIO
Manobrista/Garagista	2.717,44
Operador de Empilhadeira	3.503,79
Motorista Operador de Munck/Operador de Guindaste Móvel	5.163,26
Motorista - Veículo Leve	2.942,39
Motorista - Veículo Médio	3.500,06
Motorista - Veículo Pesado	4.065,15
Operador de Trator	4.065,14
Lavador de Veículos	1.932,61
ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO	SALÁRIO
Técnico em Eletrotécnico/Eletromecânico	4.576,14
Técnico de Segurança do Trabalho	3.889,65
Técnico em Hidrometria	7.444,67
Técnico em Eletrônica	5.580,14
Técnico em Telecomunicações / Edificação / Refrigeração	5.690,53
Técnico em Transformadores/Geradores /Mecânica	5.690,53
Técnico em áudio e Vídeo	3.889,65



ATIVIDADES DE APOIO COPA/COZINHA

Copeira / Auxiliar de Cozinha

Garçon

Cozinheiro (a)

ATIVIDADES DE LAVANDERIA

Auxiliar de Lavanderia

Costureira

Supervisor de Lavanderia

SALÁRIO

1.836,77

1.916,64

3.484,09

SALÁRIO

2.134,92

2.972,67

3.108,57

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se como motorista de "veículo leve" aquele que efetivamente desempenha suas atividades em veículos que apenas exigem a habilitação na categoria "B"; Considera-se como motorista de "veículo médio" aquele que efetivamente desempenha suas atividades em veículos que exigem habilitação nas categorias "C" e "D"; Considera-se como motorista de "veículo pesado" aquele que efetivamente desempenha suas atividades em veículos que exigem habilitação na categoria "E", tudo de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

A todos os empregados da categoria profissional fica garantido um **reajuste de 7,75% (sete vírgula, setenta e cinco por cento)** sobre os salários vigentes na **CCT 2024**; abrangendo **todos os Municípios e Distritos do Estado de Rondônia**.

O valor do salário base da categoria para o período de 2025 é de R\$ 1.743,48 (hum mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas **FILIADAS e REGULARES com o SINDICATO PATRONAL** terão o **prazo de até 120 (Cento e Vinte) dias**, após o registro deste instrumento, para **pagamento das diferenças** salariais e demais benefícios retroativos referentes aos reajustes deste instrumento coletivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas **FILIADAS e REGULARES com o SINDICATO PATRONAL** devem apresentar **CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL PATRONAL** vigente para ter o direito do parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em consonância com o princípio constitucional a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos, garantia assegurada na CF/88, inciso XXI, art. 37, que os processos relacionados aos institutos da repactuação, reajuste e revisão contratual devem seguir sua tramitação e conclusão no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº 9.784/1999 sob pena de responsabilização.

PARÁGRAFO QUARTO – Nos contratos de terceirização privados, o princípio constitucional a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro também deverá ser mantido, em consonância com a CF/88, inciso XXI, art. 37, respeitado a liberdade contratual, dentro dos limites legais estabelecidos pelo código civil brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
AJUDA DE CUSTO****CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÃO CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DAS DIÁRIAS)**

Aos empregados deslocados para trabalho fora do local de domicílio, a empresa deverá adiantar a quantia de **R\$ 374,25 (Trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)** por dia para fins **EXCLUSIVOS** de refeições e pernoite em viagens dentro do Estado de Rondônia.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando as Diárias forem para fora do Estado, o valor deverá ser de no mínimo **R\$ 561,38 (quinhentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: De acordo com o deslocamento, o pagamento será de Diária Inteira ou Meia diária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As diárias ainda que habituais, não terão incidência de encargos previdenciários e trabalhistas.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO)

As empresas fornecerão aos empregados, o valor de **R\$ 626,94 (Seiscentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos)** mensalmente, a título de Auxílio Alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ajusta-se que este valor é para todos os empregados, com CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) horas semanais a 44 (quarenta e quatro) horas semanais e incluindo os trabalhadores que fazem jornada de 12x36 horas. Para os empregados com CARGA HORÁRIA SEMANAL INFERIOR a 30 (trinta horas semanais) o auxílio alimentação deverá ser pago por **HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA**, tendo como **BASE DE CALCULO (R\$ 626,94 / 180 HORAS)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ajusta-se que a disponibilização do presente auxílio deverá ser feito e entregue de uma única vez, calculando o cumprimento da jornada de trabalho, **até o dia 20 (vinte) do mês de referência, ou seja, do mês trabalhado.**

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fornecimento do Auxílio Alimentação deverá ser feito **exclusivamente** através de convênio com empresas do ramo de fornecimento de Cartão Magnético ou Ticket com aceitação em todo Estado de Rondônia.

PARÁGRAFO QUARTO: O fornecimento e operacionalização deverão ser de acordo com as normas do PAT. Para fins de desconto, enquanto perdurar a vigência desta CCT, o desconto do empregado **até 0,99% (zero, noventa e nove por cento) do valor concedido.**

PARÁGRAFO QUINTO: Ajusta-se que o fornecimento do Auxilio Alimentação, **por meio de convenio com empresas de ticket ou cartão**, não tem natureza salarial e não tem caráter de salário in-natura, portanto não irradia reflexos para efeito de pagamento de verbas contratuais, previdenciárias e indenizatórias.

PARÁGRAFO SEXTO: O valor integral do caput só será pago ao trabalhador que cumprir integralmente a jornada mensal, ou seja, não tiver nenhuma falta no mês. O cálculo para fins de desconto será o valor do caput dividido por 30(trinta) e multiplicado pelo número de faltas.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em locais como: Usina de SAMUEL, Usina do JIRAU, Usina de SANTO ANTONIO, PRESÍDIO FEDERAL e demais locais onde os empregados ficam impossibilitados de deslocar-se para fazer sua alimentação, em decorrência da distância, os valores a serem pagos a estes empregados a título do "caput" desta cláusula, ou seja, Auxilio Alimentação, deverá equivaler ao valor da refeição completa praticada pelo trabalhador no refeitório ou restaurante local.

PARÁGRAFO OITAVO: As empresas com frente de trabalho a ser cumprida fora do perímetro urbano além de cumprir o caput desta cláusula, deverão fornecer aos empregados às refeições diárias, enquanto perdurar a frente de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Quando a empresa adotar valor acima desta CCT para o Auxílio Alimentação, por iniciativa própria ou por atendimento ao Tomador, o direito a este valor permanece enquanto o trabalhador estiver naquele tomador, caso seja transferido para outro, o valor retorna ao estabelecido nesta CCT.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Ajusta-se que o fornecimento de refeição em refeitórios não substitui o Auxílio Alimentação, tendo em vista que são Benefícios diferentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Qualquer outra forma de fornecimento será considerada cumpridora desta cláusula, se houver Acordo Coletivo de Trabalho entre a empresa e o SINTELPES.



PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - EXCEPCIONALMENTE, sendo necessário o pagamento via dinheiro, será obrigatório constar no contracheque: o Valor do Auxílio na coluna Vencimentos e o valor de descontos na coluna Descontos, de modo a ficar claro para o trabalhador que o valor depositado em sua conta corrente é idêntico ao valor líquido do contracheque.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A excepcionalidade do pagamento do AUXILIO ALIMENTAÇÃO via dinheiro, sendo obrigatório constar no contracheque, está AUTORIZADO apenas no primeiro mês do INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ficando terminantemente PROIBIDO o pagamento nos MESES POSTERIORES, com fulcro no art. 457, § 2º, da CLT, o auxílio-alimentação é parcela de natureza indenizatória. No entanto, o dispositivo veda seu pagamento em dinheiro.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DO AUXILIO TRANSPORTE)



Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no Decreto 10.854/2021, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale- transporte a todos os seus empregados, **nos dias efetivamente trabalhados** para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, quando de segunda a sexta, no mínimo 44 (quarenta e quatro) vales, quando de segunda a sábado, no mínimo de 52 (cinquenta e dois) vales, quando escalas de trabalho 12x36 no mínimo 32 vales, **salvo meses com dias trabalhados inferiores**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este **não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte**, por inexistência de deslocamentos do empregado no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os vales deverão ser entregues de uma única vez e até o dia 30 do mês anterior ao mês de uso do vale Transporte.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando for solicitado ao trabalhador dias extras de trabalho além do contratado normal, deverão ser fornecidos tantos vales quanto necessário ao seu deslocamento.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso fique provado que houve vício de consentimento no momento da opção, a empresa deverá pagá-los, sob pena de descumprimento de cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO: Quando houver impossibilidade de conceder o Vale Transporte através de empresa de Transporte Urbano, poderá ser feito reembolso em dinheiro, devidamente registrado em contracheque, não irradiando reflexos para efeito de pagamento de verbas contratuais, previdenciárias e rescisórias.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nas cidades ou locais, onde os trabalhadores para comparecerem ao local de trabalho, utilizem transportes alternativos próprios ou de outrem, como bicicletas, motos, veículos, moto-táxi, vans, ônibus de linha, e similares, fica estabelecido um valor que deverá ser pago no contracheque/holerite, a título de: Reembolso com despesas mensais de transporte no valor de **até R\$ 139,72 (Cento e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)**. A partir de 01 de janeiro de 2025, **fica VEDADA a possibilidade de desconto de 6,00%, visto se tratar de reembolso com despesas de transporte em cidades que não possuem transporte público**.

PARÁGRAFO OITAVO: Ajusta-se que esta condição é específica para situações onde o Transporte Coletivo Urbano não existe ou não atende à rota do trabalhador e ainda, quando a residência do trabalhador for acima de 1 KM (Um quilômetro) do local do trabalho, a ser comprovado via conta de energia, telefone ou água.

PARÁGRAFO NONO: Ajusta-se, que, sobre este valor não haverá incidências ou reflexos de qualquer natureza.

PARÁGRAFO DÉCIMO: OBRIGATORIAMENTE deverá constar nas formações de preços o **custo com o AUXÍLIO TRANSPORTE**.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (DO SEGURO DE VIDA)

As empresas deverão contratar seguro de vida individual ou coletivo para seus trabalhadores com as seguintes coberturas: Morte acidental, Morte natural, Invalidez Permanente por acidente, Auxílio ou Assistência Funeral familiar, cobertura de cônjuge e Cesta ou Auxílio Alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Valor da cobertura total deve ser de no mínimo **R\$ 37.425,03 (Trinta e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e três centavos)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão descontar até 50,00% (Cinquenta por cento) deste custo do Trabalhador.



PARÁGRAFO TERCEIRO: A empresa que deixar de efetuar o seguro arcará com a indenização do valor estabelecido no parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas poderão realizar os seguros por intermédio de convênio firmado entre as instituições autorizadas e o SINDICATO PATRONAL.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA VIGÉSIMA (DAS HOMOLOGAÇÕES)

Independente se o empregado tem ou não mais de um ano de vínculo empregatício, a formalização do desligamento **poderá ser realizada na própria empresa ou a critério do empregador, na sede do sindicato laboral.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No momento da entrega e pagamento da rescisão de trabalho, a empresa fornecerá ao empregado a CTPS atualizada, TRCT, CD, Extrato Analítico do FGTS e INSS, GRRF respectiva à rescisão, Guia de Seguro Desemprego, Exame demissional, comprovante de depósito em Conta Corrente do Trabalhador com prazo não superior a dez dias do seu desligamento. O prazo de pagamento dos valores devidos na rescisão contratual será de 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na entrega do Aviso Prévio (indenizado ou trabalhado) a gestante deverá encaminhar a empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso, documento comprobatório da condição de gravidez, para que a empresa possa realizar o cancelamento do respectivo aviso.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O empregado poderá comparecer ao SINTELPES ou a qualquer órgão competente para conferência de cálculos e/ou documentos do seu desligamento da empresa, para em caso de divergência o sindicato ou o órgão competente possa tomar as devidas providências.

PARÁGRAFO QUARTO - Será **facultado** aos Sindicatos Profissionais a realização de procedimentos, a pedido das empresas interessadas e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas em conformidade com o art. 507-B da CLT, com anuência da Comissão de Conciliação Prévia.

PARÁGRAFO QUINTO - Será **facultado** as empresas realizarem homologação de rescisões contratuais com a finalidade de **liberação de conta vinculada junto aos tomadores de serviços públicos. As respectivas homologações serão realizadas na sede do Sindicato Laboral, o qual cobrará a importância de 1/30 dia do salário mensal por empregado, a título de contribuição de manutenção da entidade sindical.** Caberá ao sindicato laboral agendar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do pedido realizado pela empresa. Caberá ainda ao sindicato laboral emitir boleto bancário que deverá ser quitado pela empresa requisitante até o dia do agendamento das homologações.

PARÁGRAFO SEXTO – O Sindicato Laboral **manterá serviços de análise documental e cálculos rescisórios**, no sentido de atender a toda classe laboral. **Ficando exclusivamente a critério do sindicato laboral a cobrança pelos respectivos serviços.** Para efeitos de análise documental e cálculos rescisórios, o empregado e/ou a empresa deverá encaminhar os seguintes documentos: (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Comprovante de Aviso Prévio ou do Pedido de Demissão do Empregado, Extrato Analítico do FGTS, Comunicação de Dispensa (CD), Requerimento do Seguro Desemprego (se cabível), Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional), entre outros documentos necessários a análise e a prestação de serviços realizada pelo sindicato laboral.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – (ACESSO AO SINDICATO AOS POSTOS D



O Sindicato poderá fazer visita às bases nos setores, sempre em início ou final de jornada em dia e horário, desde que haja comunicação prévia do sindicato laboral ao Tomador de serviços, apoiando a liberdade sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas por intermédio do RH realizaram palestras no sentido de combater o assédio moral e práticas anti-sindicais para todos os seus colaboradores.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA (TAXA DE AJUDA DE CUSTO LABORAL

As empresas atuantes no Estado de Rondônia descontarão 30 (trinta) dias após o Registro deste Instrumento Coletivo de Trabalho, em folha de pagamento, 1/30 avos dos dias trabalhados, a fim de custeio administrativo, assistencial e jurídico conforme aprovação expressa da **ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA** realizada dia **22/10/2024 divulgada no Jornal Diário da Amazônia Edição nº 8675 nos dias 19, 20 e 21/10/2024**, o valor descontado deverá ser repassado ao sindicato laboral conforme citado acima. Fica obrigatório que o respectivo comprovante deve ser encaminhado à secretaria do sindicato laboral ou via e-mail (SINTELPES@UOL.COM.BR), juntamente com a relação nominal em ordem alfabética de todos os empregados abrangidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este valor deverá ser repassado pelas empresas ao SINTELPES por intermédio de depósito ou transferência bancária na **Conta Corrente nº 000577580488-7, agência 0632, Banco Caixa Econômica Federal, ou pix 34481556000169**, tendo como data limite **MAIO de cada respectivo ano, ficando expressamente proibida** o encaminhamento de **CARTA DE RENÚNCIA PADRONIZADA** redigida por empresa, sendo considerado como prática anti-sindical perante o Ministério Público do Trabalho – MPT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os empregados filiados ao SINTELPES que mensalmente recolhem a mensalidade, no mês de desconto da TAXA NEGOCIAL, não haverá desconto da mensalidade sindical.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os Efeitos Financeiros, Legais e de qualquer espécie desta cláusula são única e exclusiva responsabilidade do SINDICATO LABORAL.

PARÁGRAFO QUARTO - A todos os trabalhadores abrangidos pela categoria, fica o **direito de opor e não contribuir para a entidade no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados do **registro deste termo aditivo do instrumento coletivo de trabalho**, em consonância com a Assembleia Geral da Categoria Laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA (CONTRIBUIÇÃO SINDICAL LABORAL)

Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de **maio**, a contribuição sindical dos empregados, o valor de 1/30 (um trinta avos) do salário, conforme **ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA** realizada dia **22/10/2024 divulgada no Jornal Diário da Amazônia Edição nº 8675 nos dias 19, 20 e 21/10/2024** e ainda, conforme recomendação Nota Técnica nº 001 de 27 de abril de 2018 emitida pelo Ministério Público do Trabalho – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – Conalis e Ofício Convite 17/918 – CONALIS/REGIONAL 14ª Região.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este valor deverá ser repassado pelas empresas ao SINTELPES por intermédio de depósito ou transferência bancária na **Conta Corrente nº 000577580488-7, agência 0632, Banco Caixa Econômica Federal, ou pix 34481556000169**, o pagamento deve ser efetuado até o dia 30 (trinta) de julho de 2025, **ficando expressamente proibida** o encaminhamento de **CARTA DE RENÚNCIA PADRONIZADA** redigida por empresa, sendo considerado como prática anti-sindical perante o Ministério Público do Trabalho – MPT.



PARÁGRAFO SEGUNDO – Direito de Oposição: Fica garantido aos trabalhadores o direito de oposição ao pagamento da Contribuição Assistencial. Este direito deverá ser exercido até 10 (dez) úteis da homologação deste instrumento coletivo, devendo o trabalhador interessado protocolar carta assinada pelo próprio punho do trabalhador (a) contendo o nome da empresa, local aonde presta serviço, dados pessoais e sua assinatura, informando que não deseja contribuir para o fortalecimento da entidade podendo ser via postal encaminhado para o endereço Rua Travessa Mamoré nº 186, Bairro: Mocambo, Porto Velho-RO, CEP 76.804-276 (**sede do Sintelpes**) valendo a data da postagem conforme decisão da **ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA** realizada dia **22/10/2024 divulgada no Jornal Diário da Amazônia Edição nº 8675 nos dias 19, 20 e 21/10/2024**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recolhimento tem como objetivo CUSTEAR as atividades sindicais e também para que o sindicato permaneça ATUANTE e continue seu porta voz. Conforme determinação e aprovação por unanimidade dos trabalhadores em assembleia com o único intuito preservar e manter o sindicato existindo para manutenção da categoria e seus direitos.

PARÁGRAFO QUARTO – Os Efeitos Financeiros, Legais e de qualquer espécie desta cláusula são única e exclusiva responsabilidade do SINDICATO LABORAL.

Parágrafo QUINTO: Os trabalhadores decidiram por unanimidade em **ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA** realizada dia **22/10/2024 divulgada no Jornal Diário da Amazônia Edição nº 8675 nos dias 19, 20 e 21/10/2024**, que as empresas poderão descontar na folha de pagamento e repassar ao SINTELPES, contribuições e mensalidades autorizadas. Os respectivos valores serão repassados em favor do SINTELPES para a manutenção, custeios, sobrevivência e existência da entidade uma vez que a Constituição garante ao trabalhador o Direito de opinar, administrar e decidir como usufruir de seus proventos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas descontarão dos empregados FILIADOS e repassarão ao sindicato 2% (dois por cento) do salário, desde que prévia e expressamente autorizado e devidamente encaminhado uma cópia da autorização a empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a emissão da Guia de Mensalidade Sindical, as empresas enviarão ao SINTELPES até o último dia do mês a relação dos filiados, por e-mail SINTELPES@UOL.COM.BR ou em mãos. A empresa que não passar a Relação de Empregados atualizada até o prazo determinado fica obrigada a pagar o boleto com o valor baseado na Relação de Empregados existente no Sindicato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa que deixar de pagar o boleto dentro do prazo, e solicitar outro boleto, o mesmo será cobrado juros e mora já estabelecido no boleto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O repasse ao SINTELPES deverá ser feito até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao mês do desconto em boleto bancário fornecido pelo SINTELPES até o dia 30 (trinta) do mês a ser descontado a mensalidade. Caso ocorra imprevisto a empresa por intermédio de depósito ou transferência bancária na **Conta Corrente nº 000577580488-7, agência 0632, Banco Caixa Econômica Federal, ou pix 34481556000169**, e deve obrigatoriamente encaminhar o comprovante de pagamento ou transferência bancária ao Sindicato até 5 (cinco) dias úteis após a transação.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa que não repassar ao SINTELPES a mensalidade descontada, responderá por apropriação indébita nos termos da Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - O SINTELPES apresentará Guia, no valor da mensalidade devida. A filiação e a desfiliação do trabalhador junto ao SINTELPES deverão ser feitas formalmente (por escrito e assinada pelo empregado).

PARÁGRAFO SEXTO - O protocolo/carta de filiação deverá obrigatoriamente ser entregue na empresa até o dia 15 (quinze), neste mesmo mês a empresa formalizará o desconto e repasse, caso seja entregue após o dia 15 (quinze), o desconto iniciar-se-á no mês seguinte.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O desconto da mensalidade sindical só terá efeitos, após a entrega da cópia protocolada da **FILIAÇÃO SINDICAL** e autorização expressa do desconto da mensalidade pelo Sindicato



Laboral a Empresa.

PARÁGRAFO OITAVO - A mensalidade do associado tem como objetivo CUSTEAR as atividades sindicais e permanecer ATUANTE na função protetiva dos direitos e assegura-los como também continuar existindo como seu porta voz, conforme **ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA** realizada dia **22/10/2024 divulgada no Jornal Diário da Amazônia Edição nº 8675 nos dias 19, 20 e 21/10/2024.**

PARÁGRAFO NONO– Os Efeitos Financeiros, Legais e de qualquer espécie desta cláusula **são única e exclusiva responsabilidade do SINDICATO LABORAL.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONA

A **contribuição confederativa**, cujo objetivo é o custeio do sistema confederativo - do qual fazem parte os sindicatos, federações e confederações, tanto da categoria profissional como da econômica - é fixada em **ASSEMBLEIA GERAL**. Tem como fundamento legal o art. 8º, IV, da Constituição. E terá como base o Capital Social de cada empresa conforme tabela:

Capital de	Capital Até	Alíquota
R\$ 0,01	R\$ 40.278,75	322,23 (contrib. mínima)
R\$ 40.278,76	R\$ 80.557,50	0,80%
R\$ 80.557,51	R\$ 805.575,00	0,20% adic. 483,34
R\$ 805.575,01	R\$ 80.557.500,00	0,10% adic. 1.288,92
R\$ 80.557.500,01	R\$ 429.640.000,00	0,02% adic. 65.734,92
R\$ 429.640.000,01	Em diante	Cont. máxima 151.662,92

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contribuição máxima em todas as faixas será de R\$ 151.662,92 (Cento e Cinquenta e um Mil,).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Contribuição Confederativa será distribuída da seguinte forma:

I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **atraso no pagamento da contribuição** supramencionada acarretará a incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

PARÁGRAFO QUARTO - A data para recolhimento será para **empregadores até 31 de janeiro de 2025.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – (CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL)

Considerando o **previsto no art. 611-A da CLT e Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – Tema 935 “Constitucionalidade de Contribuições Assistenciais, Por Acordo ou Convenção Coletiva de Contribuições Assistenciais”**, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos DE ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B. Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado.



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Assim por deliberação da **Segunda Assembleia Geral Ordinária do Sindicato Patronal** de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra Terceirizada do Estado de Rondônia, e todas as empresas que utilizarem este instrumento coletivo como formas de negócio jurídico recolheram junto ao Sindicato Patronal a Contribuição Assistencial Sindical Empresarial para assistência a todos e não somente a associados o **valor de R\$ 6,00 (seis reais) mensais, por cada posto/empregado abrangido por este instrumento coletivo a ser recolhida todo dia 30 de cada mês, por intermédio de transferência bancária (Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0632, Operação 003, Conta Corrente nº 577580517-4 – Seac Rondônia).**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá as empresas o **RECOLHIMENTO MENSAL** da Contribuição e o encaminhamento do comprovante bancário ao e-mail do Sindicato Patronal (seac-rondonia@hotmail.com) e ao e-mail da empresa ou órgão tomador dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a **provisão financeira para cumprimento desta CONTRIBUIÇÃO em consonância com o artigo 444 E 513 da CLT.** Está Contribuição Negocial tem por objetivo cobrir despesas com **NEGOCIAÇÃO e INTERMEDIÇÃO de Instrumentos Coletivos de Trabalhos.**

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de recolhimento posterior a data acima, a empresa inadimplente estará sujeita ao pagamento adicional de juros de mora à razão de 1% (Um por cento) por mês ou fração de atraso e também ao pagamento de uma multa de 2% (Dois por cento) sobre o montante (principal mais juro).

PARÁGRAFO QUINTO – A Contribuição Assistencial será **INSERIDA OBRIGATORIAMENTE** como rubrica nas planilhas de formação de preço dos novos contratos e nos termos aditivos e termos apostilamentos, ou qualquer termo de ajuste no equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de prestação de serviços, tanto por parte da Administração Pública como por parte das Empresas Privadas, devendo constar no módulo insumos de acordo com o **art. 611-A da CLT e Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – Tema 935 “Constitucionalidade de Contribuições Assistenciais, Por Acordo ou Convenção Coletiva de Contribuições Assistenciais”,**

PARÁGRAFO SEXTO – Está cláusula vem em consonância com Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho nº 05/2017 – (...) *“os acordos e convenções coletivas de trabalho continuarão tendo efeito “erga omnes”, ou seja, serão aplicados para todos os representados pela entidade, SENDO FILIADOS OU NÃO...”* conforme estabelecido no verbete n. 363 do Comitê de Liberdade Sindical...”.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Cabe aos sindicatos aprovar em assembleias as reivindicações econômicas e sociais, os respectivos instrumentos coletivos e a forma do custeio das atividades sindicais, cujas decisões obrigam a todos como ato coletivo e soberano da categoria (artigo 8º da CF, inciso I).

PARÁGRAFO OITAVO – Nos CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, a **inclusão da rubrica OBRIGATÓRIA** está em consonância com a CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS - CLT, conforme artigo 513 – “(e) impor contribuições A TODOS AQUELES QUE PARTICIPAM DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS OU PROFISSIONAIS OU DAS PROFISSÕES LIBERAIS REPRESENTADAS”.

PARÁGRAFO NONO - A empresa que não repassar ao SEAC RONDÔNIA responderá por apropriação indébita nos termos da Lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os Efeitos Financeiros, Legais e de qualquer espécie desta cláusula são única e exclusiva responsabilidade do SINDICATO PATRONAL.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – (CERTIDÃO DE REGULARIDADE SIN

As Certidões serão expedidas pelos sindicatos e assinadas por seu Presidente ou substituto legal, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a devida solicitação por escrito e terá validade de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A apresentação das Certidões nos processos licitatórios públicos ou particulares, juntamente com esta CCT, comprovam que a empresa está regular perante o (s) sindicato (s).



PARÁGRAFO SEGUNDO: Para emissão de certidão de regularidade sindical, o (s) sindicato (s) exigiram documentos pertinentes à regularidade sindical:

1. Apresentação de Documentação Jurídica (cartão de CNPJ, contrato social e alterações, etc.) – (Sintelpes e Seac);
2. CAGED do mês da solicitação (Sintelpes e Seac);
3. Comprovante da GRCS Laboral e Patronal (Sintelpes e Seac);
4. Duas últimas Mensalidades patronais e/ou laborais, se for ou houver filiados(Seac e Sintelpes);
5. Comprovante de pagamento da Contribuição assistencial Laboral e Patronal, ou documentos que comprove a não obrigatoriedade (Seac e Sintelpes);
6. GFIP/SEFIP/POROCOLO DE ENVIO/GRF (Sintelpes);
7. Comprovante de Pagamento de Salários (Sintelpes);
8. Comprovante de pagamento do Auxílio Alimentação (Sintelpes);
9. Comprovante de pagamento do Seguro de Vida (Sintelpes);
10. Comprovante de entrega de Vale Transporte, quando for necessário (sintelpes);
11. Certidões Fiscais e Trabalhistas Atualizadas (Seac).

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

Os Contratantes/Tomadores de serviços das empresas abrangidas pelo presente instrumento assegurarão às suas contratadas, em contrapartida às atividades por elas desempenhadas, o correspondente pagamento, em prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, a teor das disposições contidas no art. 40, inc. XIV, alínea “a” da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e nos Contratos com tomadores privados as mesmas condições devem se aplicar conforme preceitua a Lei 10.406/2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O atraso no pagamento da fatura na forma do caput caracteriza culpa do Tomador de serviço para fins de sua responsabilidade pelos débitos decorrentes das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O tomador/contratante público deve **OBRIGATORIAMENTE** realizar os pagamentos as empresas contratadas no prazo de pagamento não superior a 30 (trinta) dias, salvo por razões de **INTERESSE PÚBLICO** e devidamente **JUSTIFICADA** e **COMUNICADA a CONTRATADA**. Ainda sobre os serviços realizados dentro do ano calendário, os mesmos devem ser devidamente quitados conforme preceitua o Art. 35, inciso II da Lei 4.320/1964 – **“Pertencem ao exercício financeiro – as despesas nele legalmente empenhadas”**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em consonância com o princípio constitucional a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos, garantia assegurada na CF/88, inciso XXI, art. 37, que os processos relacionados aos institutos da repactuação, reajuste e revisão contratual devem seguir sua tramitação e conclusão no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº 9.784/1999 sob pena de responsabilização.

PARÁGRAFO QUARTO – Nos contratos de terceirização privados, o princípio constitucional a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro também deverá ser mantido, em consonância com a CF/88, inciso XXI, art. 37, respeitado a liberdade contratual, dentro dos limites legais estabelecidos pelo código civil brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RATIFICAÇÃO



As demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no sistema Mediador do Ministério da Economia em **14/06/2024 sob o número: R0000094/2024, Processo nº 10262.200365/2024-91**, que não sofreram qualquer alteração através do presente Instrumento permanecem inalteradas e em vigor.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

}

RODOLFO JOSE FERNANDES CLAROS
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA E LOCACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE RONDONIA

CLAUDEMIR DE MORAES VIANA
TESOUREIRO

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA E LOCACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE RONDONIA

ATHENIS MAIA DE LUCENA
TESOUREIRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZACAO EM GERAL E PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DE RONDONIA

ANA MARIA LIMA ARAGAO
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIRIZACAO EM GERAL E PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DE RONDONIA

ANEXOS

ANEXO I - ATA CONJUNTA TERMO ADITIVO 2025

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Relatório	CCT	27/04/2026

ID:	386931	Processo	Documento
CRC:	80C6545C		
Processo:	1-585/2026		
Usuário:	RICARDO AUGUSTO PORTELA LUCINDO		
Criação:	27/04/2026 09:34:16	Finalização:	27/04/2026 09:34:56

MD5: **1E69B5AC69A2C335C0926319857E1023**

SHA256: **F5D371A37C805987FCE0F000B91351419E95A820AAB93F4DF0EBA2775DC0D66D**

Súmula/Objeto:

CCT

INTERESSADOS

PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA	Mirante da Serra	RO	27/04/2026 09:34:16
--------------------------------	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27/04/2026 09:34:16
-----------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 386931 e o CRC 80C6545C.